

Caixa Econômica Federal – CAIXA

30 de Setembro de 2011

ÍNDICE GERAL	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Relatório dos Auditores Independentes	111

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	2011		2010
	Setembro	Junho	Setembro
CIRCULANTE	265.975.285	225.588.289	188.785.355
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	3.900.421	3.811.724	3.446.532
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6)	55.245.738	41.424.809	35.498.502
Aplicações no Mercado Aberto	54.229.093	41.424.809	35.498.502
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.016.645		
TÍTULOS E VAL MOBIL E INSTRUM FINANC DERIV (Nota 7)	78.340.674	62.363.438	51.137.247
Carteira Própria	55.059.440	57.841.358	43.309.527
Vinculados a Compromissos de Recompra	22.403.799	4.481.526	7.561.069
Vinculados a Prestação de Garantias	876.230	39.326	265.471
Vinculados ao Banco Central	1.205	1.228	1.179
Instrumentos Financeiros Derivativos			1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8)	62.269.128	58.730.920	48.604.914
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.017.799	1.157.350	934.751
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	60.720.077	57.056.403	47.176.313
Correspondentes	531.252	517.167	493.850
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	250.829	231.238	192.904
Recursos em Trânsito de Terceiros	69	82	201
Transferências Internas de Recursos	250.760	231.156	192.703
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	45.926.857	42.385.367	38.578.715
Setor Público	1.857.432	1.739.275	2.676.268
Setor Privado	49.487.553	45.716.233	39.985.539
Provisão para Operações de Créditos	-5.418.128	-5.070.141	-4.083.092
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	18.958.244	15.451.341	9.937.058
Créditos por avais e fianças honrados	34.030	33.540	29.924
Carteira de Câmbio	189.928	92.686	39.320
Rendas a Receber	1.490.577	1.312.159	940.100
Negociação e intermediação de valores	258	24.532	1.369
Créditos Específicos	188.107	119.507	163.924
Diversos	17.152.357	13.965.275	8.877.698
Provisão para outros créditos	-97.013	-96.358	-115.277
OUTROS VALORES E BENS (Nota 11)	1.083.394	1.189.452	1.389.483
Outros Valores e Bens	765.047	829.140	913.526
Provisões para Desvalorizações	-128.087	-134.152	-155.505
Despesas Antecipadas	446.434	494.464	631.462
NÃO CIRCULANTE	240.502.465	233.643.986	211.461.678
TÍTULOS E VAL MOBIL e INST FINANC DERIVATIVOS (Nota 7)	36.353.568	45.398.070	57.029.835
Carteira Própria	28.151.117	23.043.152	32.195.399
Vinculados a Compromissos de Recompra	8.168.757	21.623.833	24.833.203
Vinculados a Prestação de Garantias	33.694	731.085	1.233
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 8)	19.294.712	20.938.647	25.991.646
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	19.294.712	20.938.647	25.991.646
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 9)	166.790.094	150.432.876	113.959.201
Setor Público	15.101.025	14.536.982	12.433.958
Setor Privado	160.583.325	143.860.516	107.684.704
Provisão para Operações de Créditos	-8.894.256	-7.964.622	-6.159.461
OUTROS CRÉDITOS (Nota 10)	12.757.460	11.763.853	9.662.406
Rendas a Receber			29.014
Diversos	12.768.491	11.773.893	9.636.677
Provisão para Outros Créditos com caract concessão	-11.031	-10.040	-3.285
PERMANENTE	5.306.631	5.110.540	4.818.590
INVESTIMENTOS (Nota 12)	1.942.232	1.893.561	2.081.068
Participações em Coligadas e Controladas	1.851.495	1.814.937	1.935.226
- No país	1.850.515	1.814.104	1.933.980
- No exterior	980	833	1.246
Outros Investimentos	101.814	89.696	156.935
Provisão para Perdas	-11.077	-11.072	-11.093
IMOBILIZADO DE USO (Nota 13)	1.968.890	1.954.530	1.848.725
Imóveis de Uso	239.393	224.885	194.132
Reavaliações de Imóveis de Uso	810.437	812.031	820.532
Outras Imobilizações de Uso	3.947.973	3.847.000	3.454.474
Depreciações Acumuladas	-3.028.913	-2.929.386	-2.620.413
INTANGÍVEL (Nota 14)	1.361.349	1.215.682	794.920
Ativos Intangíveis	1.871.965	1.702.334	1.122.133
Amortizações Acumuladas	-510.616	-486.652	-327.213
DIFERIDO (Nota 15)	34.160	46.767	93.877
Gastos de Organização e Expansão	232.895	258.079	360.791
Amortizações Acumuladas	-198.735	-211.312	-266.914
T O T A L	506.477.750	459.232.275	400.247.033

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO

	2011		2010
	Setembro	Junho	Setembro
CIRCULANTE	370.613.527	339.559.781	305.031.445
DEPÓSITOS (Nota 16)	248.069.086	233.507.566	202.848.855
Depósitos à Vista	20.989.048	20.723.599	18.572.811
Depósitos de Poupança	144.401.586	136.291.566	123.346.743
Depósitos interfinanceiros	10.131.626	2.287.177	351.922
Depósitos a Prazo	60.581.807	64.113.911	50.330.667
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	11.888.808	9.995.010	10.146.734
Outros depósitos	76.211	96.303	99.978
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 16)	71.981.961	61.410.865	67.404.973
Carteira Própria	30.057.057	25.349.462	31.936.992
Carteira de Terceiros	41.924.904	36.061.403	35.467.981
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	11.605.667	7.637.653	2.771.822
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	11.605.667	7.637.653	2.771.822
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.333.181	1.332.866	1.179.865
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.322.689	1.327.260	1.167.911
Correspondentes	10.492	5.606	11.954
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	380.663	391.930	551.401
Recursos em Trânsito de Terceiros	359.348	381.243	547.308
Transferências Internas de Recursos	21.315	10.687	4.093
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 18)	137.286	188.269	18.922
Empréstimos no Exterior	137.286	188.269	18.922
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 18)	1.014.889	690.015	561.779
TESOURO NACIONAL - PIS	663.443	647.619	524.276
BNDES	296.993	18.579	18.281
FGTS	54.453	23.817	19.222
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	794	852	2.587
Instrumentos Financeiros Derivativos	794	852	2.587
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 19)	36.090.000	34.399.765	29.691.241
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	660.063	686.842	524.939
Carteira de Câmbio	190.781	93.668	47.655
Sociais e Estatutárias	1.169.006	604.217	858.663
Fiscais e Previdenciárias	1.286.143	1.087.431	1.072.868
Negociação e Intermediação de Valores	43.638	1.750	422
Recursos para Destinação Específica:			
Obrigações de Operações com Loterias	555.394	442.849	622.769
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	3.989.913	3.919.412	2.778.581
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	636.410	690.182	504.428
Diversas	27.558.652	26.873.414	23.280.916
NÃO CIRCULANTE	117.836.262	101.470.961	78.864.648
DEPÓSITOS (Nota 16)	8.626.623	937.019	537.807
Depósitos a Prazo	8.620.717	931.286	534.799
Depósitos interfinanceiros	5.906	5.733	3.008
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 17)	6.818.856	7.925.311	6.124.955
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	6.818.856	7.925.311	6.124.955
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 18)	4.515	4.751	6.097
Empréstimos no Exterior	4.515	4.751	6.097
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 18)	80.126.337	73.770.367	54.280.153
TESOURO NACIONAL - PIS	63.672	29.313	19.484
BNDES	6.847.738	6.320.856	4.350.249
FGTS	73.037.606	67.221.463	49.690.378
Outras	177.321	198.735	220.042
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 19)	22.259.931	18.833.513	17.915.636
Fiscais e Previdenciárias	190.248	192.970	202.895
Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital	8.406.502	5.276.936	4.999.426
Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital	13.663.181	13.363.607	12.713.315
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	18.027.961	18.201.533	16.350.940
Capital Social	14.673.724	14.673.724	14.102.977
Capital de domiciliados no país	13.562.433	13.562.433	13.562.443
Aumento de capital	4.983.742	4.983.742	4.810.977
Capital a realizar	-3.872.451	-3.872.451	-4.270.443
Reserva de reavaliação	468.108	471.959	484.131
Reservas de lucros	1.944.114	1.944.114	1.131.105
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-181.152	-8.121	31.391
Lucros acumulados	1.123.167	1.119.857	601.336
T O T A L	506.477.750	459.232.275	400.247.033

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado	Acumulado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	14.483.171	12.578.447	38.909.617	28.539.849
Operações de Crédito (Nota 9 (f))	7.494.158	6.486.236	20.182.400	14.038.555
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7 (e))	5.768.586	4.360.077	14.221.811	11.318.282
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-623.255	-6.970	-660.080	-140.677
Resultado de Câmbio (Nota 10 (a.1))	14.552	-375	15.052	895
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 8 (c))	1.828.866	1.739.197	5.149.588	3.321.590
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	264	282	846	1.204
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 23)	-11.123.132	-8.903.734	-28.274.271	-19.507.192
Operações de Captação no Mercado (Nota 16 (c) e (e) Nota 17 b)	-7.531.955	-6.117.691	-19.150.403	-13.905.928
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 18 (c))	-1.719.702	-1.387.687	-4.276.569	-2.728.971
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.871.475	-1.398.356	-4.847.299	-2.872.293
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.360.039	3.674.713	10.635.346	9.032.657
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-2.049.354	-2.322.588	-7.357.794	-6.783.302
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 24)	2.706.022	3.060.663	8.274.807	6.937.499
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 24)	467.340	286.866	1.034.735	706.781
Despesas de Pessoal (Nota 25)	-2.845.788	-2.815.085	-8.459.054	-7.128.105
Outras Despesas Administrativas (Nota 26)	-1.865.843	-1.814.483	-5.326.683	-4.375.689
Despesas Tributárias (Nota 30)	-453.961	-423.691	-1.319.584	-1.062.505
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 12)	68.939	10.721	99.037	348.502
Outras Receitas Operacionais (Nota 27)	2.152.992	1.667.959	5.359.694	3.700.448
Outras Despesas Operacionais (Nota 28)	-2.279.055	-2.295.538	-7.020.746	-5.910.233
RESULTADO OPERACIONAL	1.310.685	1.352.125	3.277.552	2.249.355
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 29)	-56.146	-46.131	-166.169	-102.495
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.254.539	1.305.994	3.111.383	2.146.860
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21)	389.431	208.851	914.099	561.048
Despesa de Imposto de Renda	-286.971	-40.950	-381.018	-105.924
Valores correntes	-132.857	-34.726	-223.029	-108.529
Valores diferidos	-154.114	-6.224	-157.989	2.605
Despesa de Contribuição Social	-150.192	-18.854	-191.275	-45.841
Valores correntes	-57.724	-15.120	-96.482	-47.406
Valores diferidos	-92.468	-3.734	-94.793	1.565
Ativo Fiscal Diferido	826.594	268.655	1.486.392	712.813
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO (Nota 33f)	-352.795	-52.983	-459.999	-291.521
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO	1.291.175	1.461.862	3.565.483	2.416.387

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	478.318	2.652.206	-167.298		15.436.950
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-13.854		-13.854
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 20(a))	287.256					287.256
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 20(a))	1.702.155					1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 20(a))	210.589					210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		9.917			-8.053	1.864
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-20.127			20.127	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO					3.565.483	3.565.483
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					-1.002.482	-1.002.482
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					-1.450.994	-1.450.994
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 20(d))						
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			113.715		-113.715	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)			180.675		-180.675	
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)			-1.002.482		1.002.482	
Juros sobre o capital próprio propostos					-640.813	-640.813
Dividendos propostos					-68.193	-68.193
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	14.673.724	468.108	1.944.114	-181.152	1.123.167	18.027.961
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	11.676.683	509.236	918.678	39.171		13.143.768
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-7.780		-7.780
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 21(a))	2.426.294					2.426.294
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		9.670			-13.910	-4.240
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-34.775			34.775	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO					2.416.387	2.416.387
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					-1.056.347	-1.056.347
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 21 (d))						
Reserva Legal			83.384		-83.384	
Reserva de loterias			129.043		-129.043	
Juros sobre o capital próprio propostos					-567.142	-567.142
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	14.102.977	484.131	1.131.105	31.391	601.336	16.350.940

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	14.673.724	471.959	1.944.114	-8.121	1.119.857	18.201.533
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-173.031		-173.031
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO		2.722			-2.631	91
REALIZAÇÃO DE RESERVA		-6.573			6.573	
LUCRO LÍQUIDO NO TRIMESTRE					1.291.175	1.291.175
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					-1.079.813	-1.079.813
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 20(d))						
Juros sobre o capital próprio propostos					-211.994	-211.994
Dividendos propostos						
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	14.673.724	468.108	1.944.114	-181.152	1.123.167	18.027.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011			2010
	3º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	ACUMULADO	ACUMULADO
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	2.467.913	3.392.761	8.337.822	6.777.670
Lucro Líquido	1.291.175	1.461.862	3.565.483	2.416.387
Ajustes ao Lucro Líquido:	1.176.738	1.930.899	4.772.339	4.361.283
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/	(684.672)	25.655	(595.910)	20.427
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.871.475	1.398.356	4.847.299	2.872.293
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	118.906	133.329	369.111	-
Depreciações e Amortizações	232.666	192.895	611.639	499.235
Impostos Diferidos	(826.594)	(268.655)	(1.486.390)	712.813
Despesas com provisões para passivos contingentes	104.756	121.944	232.807	356.583
Resultado de Participação em Coligadas	(68.939)	(10.721)	(170.549)	(348.502)
Despesas com Dividas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	429.140	338.096	964.332	248.434
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	12.067.445	2.573.275	37.322.339	(750.331)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	201.687	92.334
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(4.002.922)	(6.094.868)	(13.063.542)	9.896.032
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	343.834	332.125	(505.639)	(557.204)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(3.551.998)	1.372.471	7.694.579	916.107
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Bras	(3.663.674)	-2.156.513	(6.792.686)	(22.136.547)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	2.855.733	144.470	3.181.233	-1.475.442
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(30.858)	(28.737)	(829.161)	(716.907)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Fir	(21.176.329)	(15.376.382)	(51.245.660)	(39.894.187)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(5.921.953)	(979.711)	(4.214.029)	(1.034.651)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	106.059	62.738	199.547	92.760
(Redução) Aumento em Depósitos	22.251.124	6.788.212	41.523.631	22.716.956
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	10.571.096	5.931.962	26.982.301	3.116.183
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	2.861.559	2.429.135	7.109.003	6.421.336
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(58)	28	(850)	1.605
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.629.625	7.916.119	23.182.674	13.747.447
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	1.796.207	2.232.226	3.899.251	8.063.847
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.535.358	5.966.036	45.660.161	6.027.339
Alienação de Imobilizado de Uso	94.869	3.288	186.390	10.094
Aquisição de Imobilizado de Uso	(391.265)	(105.004)	(665.148)	(293.432)
Aquisição de Intangível	(329.336)	(28.677)	(419.080)	(172.825)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(625.732)	(130.393)	(897.838)	(456.163)
Adiantamento para antecipação de dividendos	-	(110.231)	(110.231)	(1.056.347)
Dividendos/remuneração	-	-	(1.002.482)	(567.142)
Aumento de Capital	-	-	-	2.426.294
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(110.231)	(1.112.713)	802.805
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.909.626	5.725.412	43.649.610	6.373.981
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDAS				
Caixa e Equivalentes no início do período	45.236.533	39.511.121	15.496.549	32.571.053
Caixa e Equivalentes no fim do período	59.146.159	45.236.533	59.146.159	38.945.034
Aumento de caixa e equivalentes	13.909.626	5.725.412	43.649.610	6.373.981
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
Juros pagos	9.620.247	8.751.520	25.606.157	18.866.807
Juros recebidos	13.284.685	12.045.741	35.223.922	33.293.985
Dividendos recebidos	6.621	130	6.825	48.881

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2011						2010	
	3º trimestre		2º trimestre		Acumulado		Acumulado	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	17.881.904	377,60	16.149.448	341,98	48.565.386	361,63	36.909.789	341,50
Intermediação Financeira	16.636.163	351,29	14.246.407	301,69	44.269.312	329,64	32.240.297	298,30
Prestação de Serviços	3.173.362	67,02	3.347.528	70,89	9.309.542	69,32	7.644.280	70,73
Provisão p/deved duvidosos - Reversão/(constituição)	-1.871.475	-39,52	-1.398.356	-29,61	-4.847.299	-36,09	-2.872.293	-26,58
Não Operacionais	-56.146	-1,19	-46.131	-0,98	-166.169	-1,24	-102.495	-0,95
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.251.657	195,36	7.505.378	158,94	23.426.972	174,44	16.634.899	153,91
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	3.757.262	79,34	3.743.827	79,28	11.226.962	83,60	9.316.060	86,20
Materiais, energia e outros	718.906	15,19	698.490	14,79	2.040.201	15,18	1.582.032	14,64
Serviços de terceiros	759.301	16,02	749.799	15,88	2.166.015	16,13	1.822.668	16,86
Outras	2.279.055	48,12	2.295.538	48,61	7.020.746	52,28	5.911.360	54,69
Outras despesas operacionais - atual. Monetária	188.331	3,98	303.862	6,43	859.898	6,40	671.449	6,21
Outras despesas operacionais - juros	244.078	5,15	205.389	4,35	670.590	4,99	572.391	5,30
Despesas de contribuição ao SFH	292	0,01	271	0,01	382.372	2,85	759	0,01
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	180.437	3,81	185.609	3,93	495.828	3,69	431.409	3,99
Outras desp. Operacionais - Benefícios Pós - Emprego	140.714	2,97	140.714	2,98	422.142	3,14	403.281	3,73
Comissões e Tarifas	115.092	2,43	114.396	2,42	338.364	2,52	310.316	2,87
Despesa de administração de loterias	50.729	1,07	59.419	1,26	148.696	1,11	137.704	1,27
Demais	1.359.382	28,71	1.285.878	27,23	3.702.856	27,57	3.384.051	31,31
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	4.872.985	102,90	4.900.243	103,77	13.911.452	103,59	10.958.830	101,39
5. RETENÇÕES	206.221	4,35	188.687	4,00	580.986	4,33	499.235	4,62
Depreciação, amortização e exaustão	206.221		188.687	4,00	580.986	4,33	499.235	4,62
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	4.666.764	98,54	4.711.556	99,77	13.330.466	99,26	10.459.595	96,78
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	68.939	1,46	10.721	0,23	99.037	0,74	348.502	3,22
Resultado da equivalência patrimonial	68.939	1,75	10.721	0,23	99.037	0,74	348.502	3,22
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	4.735.703	100,00	4.722.277	100,00	13.429.503	100,00	10.808.097	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.735.703	100,00	4.722.277	100,00	13.429.503	100,00	10.808.097	100,00
Pessoal e encargos	2.809.090	59,32	2.480.323	52,52	7.754.160	57,74	6.434.179	59,53
- Salários	1.855.311	39,18	1.837.123	38,90	5.515.126	41,07	4.659.317	43,11
- Encargos Previdenciários	161.791	3,42	162.185	3,43	487.560	3,62	410.292	3,80
- Previdência Privada	110.006	2,32	108.281	2,29	327.510	2,44	269.089	2,49
- Benefícios	329.187	6,95	319.751	6,77	963.965	7,18	803.960	7,44
- Participação nos Resultados	352.795	7,45	52.983	1,12	459.999	3,43	291.521	2,70
Impostos, taxas e contribuições	454.024	9,59	602.586	12,76	1.570.380	11,69	1.486.904	13,76
- Federais	359.099	7,59	511.092	10,82	1.258.047	9,37	1.228.414	11,37
- Municipais	94.925	2,00	91.494	1,94	312.333	2,33	258.490	2,39
Aluguéis	181.414	3,82	177.506	3,76	539.480	4,02	470.627	4,35
Juros sobre capital próprio e dividendos	211.994	4,48	211.934	4,49	640.813	4,77	567.142	5,25
Lucros retidos	1.079.181	22,79	1.249.928	26,47	2.924.670	21,78	1.849.245	17,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Índice das Notas Explicativas

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

	Página	
Nota 1	Contexto operacional	11
Nota 2	Apresentação das demonstrações contábeis	11
Nota 3	Caixa Participações S/A – CAIXAPAR	12
Nota 4	Principais práticas contábeis	17
Nota 5	Caixa e equivalentes de caixa	26
Nota 6	Aplicações interfinanceiras de liquidez	27
Nota 7	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28
Nota 8	Relações interfinanceiras - créditos vinculados	38
Nota 9	Carteira de crédito	40
Nota 10	Outros créditos	51
Nota 11	Outros valores e bens	54
Nota 12	Investimentos	54
Nota 13	Imobilizado de uso	55
Nota 14	Intangível	55
Nota 15	Diferido	56
Nota 16	Depósitos e captações no mercado aberto	56
Nota 17	Recursos de aceites e emissões de títulos	62
Nota 18	Obrigações por empréstimos e repasses do país – Instituições oficiais	63
Nota 19	Outras obrigações	64
Nota 20	Patrimônio líquido	68
Nota 21	Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	69
Nota 22	Receitas da intermediação financeira	71
Nota 23	Despesas da intermediação financeira	72
Nota 24	Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	72
Nota 25	Despesas com pessoal	73
Nota 26	Despesas administrativas	73
Nota 27	Outras receitas operacionais	74
Nota 28	Outras despesas operacionais	74
Nota 29	Resultado não operacional	75

Nota 30	Despesas tributárias	75
Nota 31	Provisões	75
Nota 32	Partes relacionadas	79
Nota 33	Benefícios a empregados	80
Nota 34	Gerenciamento do risco corporativo	96
Nota 35	Outras informações	109

Nota – 1 Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela. O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria.

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

Nota – 2 Apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e a partir de 30 de junho de 2010 as informações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas informações contábeis.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução do CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas da CAIXA. O pronunciamento CPC 23 produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 e será adotado nas demonstrações contábeis elaboradas a partir desta data.

A aprovação das informações contábeis dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho Diretor em 8 de novembro de 2011.

Nota – 3 Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

A Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, autorizada por meio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, foi constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000.

Em 2010, a CAIXA integralizou o valor de R\$ 1.250.000, totalizando o capital social da empresa no montante de R\$ 2.500.000, sendo R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, R\$ 7.440 em dividendos a receber e R\$ 64.782 em espécie conforme demonstra quadro a seguir:

Descrição	Valor Integralizado
Participações	1.177.778
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos Caixa Seguros	7.440
Valor em espécie	64.782
Total	1.250.000

O quadro a seguir apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2011		2010
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100,00	3.148.850	3.118.608	2.895.084

Aquisição de participação no Banco Panamericano

(a) Alocação do preço de compra

Em 1º de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda., contrato de compra e venda de ações para aquisição de 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272, por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Nessa data, foi efetuado pagamento parcial de R\$ 517.490.

O BACEN manifestou-se favoravelmente ao ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano em 19 de julho de 2010, por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida manifestação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do valor residual de R\$ 234.215.

Os valores pertinentes podem ser assim sumariados:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Valor pago em dezembro de 2009	517.490
Saldo remanescente em dezembro de 2009	221.782
Valor pago em julho de 2010	(234.215)
Despesa financeira registrada em 2010	(12.433)

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 26 de novembro de 2010, os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 11 integrantes. Adicionalmente, com a implementação do acordo entre os acionistas, a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados seus percentuais de participação quando da aquisição de ações do Banco.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil relativo ao Banco Panamericano nas demonstrações financeiras da CAIXAPAR estava assim composto:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15 de junho de 2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado:

Resumo	Posição 30.11.2010
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	152.762
Recomposição do patrimônio realizada em janeiro de 2011 (1)	1.300.000
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano	1.452.762
Participação indireta da Caixa	36,56%
Investimento indireto da Caixa através da CAIXAPAR no Panamericano	531.130
Valor pago pela CAIXAPAR para aquisição do investimento	739.272
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	208.142

(1) Conforme fato relevante divulgado pelo Banco Panamericano, em 31/01/2011 houve o aporte do referido valor pelo acionista controlador.

Conforme o CPC 15, o ágio apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864. Por sua vez, o COSIF estabelece que para a avaliação do investimento e consolidação na CAIXA, para efeitos de demonstração, é adicionado ao valor do ágio apurado na CAIXAPAR o valor do intangível de R\$ 162.276 e o ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 3.002 conforme quadro abaixo:

Composição	208.142
Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários (1)	3.002
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários (2)	162.276
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura (3)	42.864

(1) Ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

(2) Valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários.

(3) Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.), o qual será amortizado pelo prazo de 5 anos.

Ativos intangíveis	Banco Panamericano	Participação da CAIXA, líquida dos efeitos tributários	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor Total	739.770	162.276	-

Os saldos recompostos na aquisição de 36,56% de participação no Banco Panamericano estão assim apresentados:

Investimento em 30.11.2010	531.130
(+) Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
(+) Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquidos dos efeitos tributários	162.276
(+) Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
= Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
(+) Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
= Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

b) Saldo do Investimento em 30 de setembro de 2011

Em 2011, a CAIXA adquiriu créditos comerciais do Banco Panamericano, o que gerou uma receita no valor de R\$ 191.666 mil em favor daquela Instituição. Dessa forma, para o cálculo da participação indireta da CAIXA é necessário a exclusão do valor conforme demonstra quadro abaixo:

Resumo	30.09.2011
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano em 30/09/2011	1.230.554
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano	(191.666)
Resultados realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano	6.394
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano em 30/09/2011	1.045.282
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (36,56%)	382.155

O quadro abaixo demonstra o impacto da equivalência patrimonial e o resultado não realizado intercompanhias em 2011:

Resumo	Valor
Participação indireta da Caixa através da CAIXAPAR (36,56%) em 30.09.2011	382.155
(-) Participação indireta da Caixa através da CAIXAPAR (36,56%) em 30.06.2011	459.650
(=) Valor total (1)	(77.495)

(1) Composição	(77.495)
Equivalência negativa (diferença entre a posição de 30.09.2011 e 30.06.2011)	(50.289)
Resultado não realizado intercompanhias (R\$ 80.811 x 36,56%)	(29.545)
Resultado realizado intercompanhias (R\$ 6.394 x 36,56%)	2.337
Ajuste de avaliação patrimonial de marcação a mercado de títulos *	2

* Relativo à participação em ajuste de avaliação patrimonial de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda do Banco Panamericano, no montante positivo de R\$ 5.

A movimentação do ágio conforme demonstrado no quadro da alocação do preço de compra segue abaixo:

Realização	Valor alocado	Amortização 1º semestre 2011	Amortização 3º trimestre 2011	Líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276	(23.935)	(10.258)	128.083
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura*	42.864	(5.000)	(2.143)	35.721
Saldo	208.142	(31.937)	(12.401)	163.804

* Período de realização estimado em 5 anos.

Os saldos registrados na rubrica "Participações em controladas e coligadas", bem como os efeitos no resultado do período de três meses relativos ao investimento no Banco Panamericano, estão assim apresentados:

Resumo	30 de setembro de 2011
Investimento	382.155
Ágio líquido na alocação do preço de compra	163.804
Total do Investimento	545.959

Impactos no resultado	30 de setembro de 2011
Equivalência negativa (diferença entre a posição de 30.09.2011 e 30.06.2011)	(50.289)
Resultado não realizado intercompanhias	(29.545)
Resultado realizado intercompanhias	2.337
Amortização do ágio	(12.401)
Total	(89.898)

c) BTG Pactual

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

No referido contrato o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

Nesta mesma data, o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente manteve as mesmas condições do acordo vigente.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR manteve inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienou sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.326 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano.

Em 2 de junho de 2011, os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 13 integrantes sendo presidido pelo presidente da CAIXA e a vice-presidência ocupada por um representante indicado pelo BTG Pactual.

Em 17 de junho de 2011, o BTG Pactual apresentou à Comissão de Valores Mobiliários, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão da Companhia (“OPA”), nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Instrução CVM nº 361/2002.

A OPA é destinada à aquisição de até a totalidade das ações preferenciais em circulação de emissão da Companhia, excetuadas aquelas de titularidade direta ou indireta do BTG Pactual e da CAIXAPAR, pessoas a eles vinculadas e administradores da Companhia, correspondentes, nesta data, a 63.038.340 ações preferenciais, representativas de 56,05% das ações preferenciais do Banco Panamericano.

Nota – 4 **Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As informações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados, pelo seu valor de face, e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das informações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 34).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções do CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘depreciação e amortização’.

Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e,
- ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota – 5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Caixa	1.931.591	2.083.770	1.727.167
Disponibilidade em moeda nacional	1.899.573	1.660.871	1.648.323
Disponibilidade em moeda estrangeira	69.257	67.083	71.042
Total de Disponibilidades (caixa)	3.900.421	3.811.724	3.446.532
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	55.245.738	41.424.809	35.498.502
Total	59.146.159	45.236.533	38.945.034

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota – 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2011								2010	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de setembro	%	30 de junho	%	Acumulado até 30 de setembro	%
Aplicações no mercado aberto										
Posição bancada	12.305.385	-	-	-	12.305.385	22,27	5.362.511	12,94	30.519	0,09
Letras Financeiras do Tesouro	11.332.371	-	-	-	11.332.371	20,50	1.545.556	3,73	30.029	0,09
Letras do Tesouro Nacional	599.999	-	-	-	599.999	1,09	200	0,00	490	0,00
Notas do Tesouro Nacional	373.015	-	-	-	373.015	0,68	3.816.755	9,21	-	-
Posição financiada	41.923.708	-	-	-	41.923.708	75,89	36.062.298	87,06	35.467.983	99,91
Letras Financeiras do Tesouro	36.006.724	-	-	-	36.006.724	65,18	29.327.030	70,80	19.457.674	54,81
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	3.002.027	7,25	16.010.309	45,10
Notas do Tesouro Nacional	5.916.984	-	-	-	5.916.984	10,71	3.733.241	9,01	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.016.645	-	-	-	1.016.645	1,84	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.016.645	-	-	-	1.016.645	1,84	-	-	-	-
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	55.245.738	-	-	-	55.245.738	100,00	41.424.809	100,00	35.498.502	100,00
Ativo circulante	55.245.738	-	-	-	55.245.738	100,00	41.424.809	100,00	35.498.502	100,00
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado até 30 de setembro	Acumulado até 30 de setembro
Rendas de aplic. em op. compromissadas	1.970.359	1.184.080	4.290.304	2.945.936
Posição bancada	491.500	461.500	1.292.765	251.093
Posição financiada	1.478.859	722.580	2.997.539	2.694.843
Rendas de aplic. em dep. interfinanceiros	16.646	-	23.381	5.839
Total	1.987.005	1.184.080	4.313.685	2.951.775

Nota – 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
I - Títulos para negociação	50.683.895	44,19	46.680.973	43,32	36.534.892	33,77
Letras Financeiras do Tesouro	7.263.973	6,33	7.051.497	6,54	7.154.018	6,61
Letras do Tesouro Nacional	35.259.850	30,74	32.635.954	30,28	21.738.323	20,10
Notas do Tesouro Nacional	8.079.501	7,04	6.915.326	6,42	7.577.997	7,01
Debêntures	53.466	0,05	53.622	0,05	48.626	0,04
Cotas de Fundos	20.011	0,02	18.612	0,02	15.928	0,01
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.094	0,01	5.962	0,01	-	-
II - Títulos disponíveis para venda	2.522.453	2,20	2.866.287	2,66	2.020.495	1,87
Letras Financeiras do Tesouro	169.103	0,15	183.789	0,17	224.126	0,21
Notas do Tesouro Nacional	6.387	0,01	6.378	0,01	9.749	0,01
Títulos da Dívida Agrária	272	-	263	-	259	-
Tesouro Nacional/Securitização	54	-	-	-	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	62.241	0,06
Debêntures	305.789	0,26	287.302	0,26	304.582	0,28
Notas Promissórias	-	-	-	-	704.269	0,65
Cotas de Fundos	8.153	0,01	9.931	0,01	6.256	0,01
Certificados de Recebíveis Imobiliários	147.388	0,13	153.170	0,14	65.495	0,06
Ações	1.885.307	1,64	2.225.454	2,07	-	-
Outros	-	-	-	-	643.518	0,59
III - Títulos mantidos até o vencimento	61.487.894	53,61	58.214.248	54,02	69.611.694	64,36
Letras Financeiras do Tesouro	5.411.682	4,72	5.253.375	4,88	5.508.785	5,09
Letras do Tesouro Nacional	2.743.409	2,39	87.369	0,09	9.450.682	8,74
Notas do Tesouro Nacional	53.142.395	46,33	52.682.098	48,89	53.004.558	49,00
Tesouro Nacional/Securitização	162.156	0,14	164.094	0,15	1.647.669	1,52
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	28.252	0,03	27.312	0,03	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	1	-
Total	114.694.242	100,00	107.761.508	100,00	108.167.082	100,00
Ativo circulante	78.340.674	67,35	62.363.438	57,87	51.136.068	47,30
Ativo não circulante	36.353.568	32,65	45.398.070	42,13	57.031.014	52,70

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	2011											2010				
	30 de setembro							30 de junho				30 de setembro				
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Sem vencimento	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	4.656.025	2.809.326	6.214.271	12.046.791	18.408.506	6.468.405	-	49.919.392	683.932	50.603.324	46.690.895	(88.118)	46.602.777	36.450.516	19.822	36.470.338
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.809.326	1.750	1.647.302	1.488.094	1.317.501	-	7.264.715	(742)	7.263.973	7.052.307	(810)	7.051.497	7.155.013	(995)	7.154.018
Letras do Tesouro Nacional	4.656.025	-	-	10.399.489	15.139.501	5.064.835	-	34.616.525	643.325	35.259.850	32.698.315	(62.361)	32.635.954	21.730.070	8.253	21.738.323
Notas do Tesouro Nacional	-	-	6.212.521	-	1.780.911	86.069	-	8.038.152	41.349	8.079.501	6.940.273	(24.947)	6.915.326	7.565.433	12.564	7.577.997
Títulos Empresa	-	-	-	6.272	23.276	51.023	-	79.831	740	80.571	78.840	(644)	78.196	63.949	605	64.554
Debêntures	-	-	-	6.272	23.276	23.918	-	52.290	1.176	53.466	53.675	(53)	53.622	48.021	605	48.626
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	20.011	-	20.011	-	20.011	18.612	-	18.612	15.928	-	15.928
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	7.094	-	7.530	(436)	7.094	6.553	(591)	5.962	-	-	-
Total	4.656.025	2.809.326	6.214.271	12.053.063	18.431.782	6.519.428	-	49.999.223	684.672	50.683.895	46.769.735	(88.762)	46.680.973	36.514.465	20.427	36.534.892
% Pz Venc.	9,00	6,00	12,00	24,00	36,00	13,00	-	-	-	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	2011												2010				
	30 de setembro											30 de junho			30 de setembro		
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Sem vencimento	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	272	-	175.544	-	173.215	2.601	175.816	187.801	2.629	190.430	876.734	3.783	880.517	
Letras Fin. do Tesouro	-	-	-	-	-	169.103	-	168.837	266	169.103	183.429	360	183.789	223.454	672	224.126	
Notas Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	6.387	-	4.044	2.343	6.387	4.117	2.261	6.378	7.605	2.144	9.749	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	272	-	-	-	265	7	272	255	8	263	245	14	259	
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	-	-	54	-	69	(15)	54	-	-	-	-	-	-	
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.288	953	62.241	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.142	-	584.142	
Títulos - Empresas	-	-	1.565	75.251	42.634	341.880	1.885.307	2.607.404	(260.767)	2.346.637	2.873.183	(197.326)	2.675.857	1.096.354	43.624	1.139.978	
Debêntures	-	-	1.565	75.251	42.634	186.341	-	300.265	5.526	305.791	281.647	5.655	287.302	296.110	8.472	304.582	
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	704.330	(61)	704.269	
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	8.152	-	8.152	-	8.152	9.931	-	9.931	6.256	-	6.256	
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	147.387	-	152.133	(4.746)	147.387	159.971	(6.801)	153.170	64.702	793	65.495	
Ações	-	-	-	-	-	-	1.885.307	2.146.854	(261.547)	1.885.307	2.421.634	(196.180)	2.225.454	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.956	34.420	59.376	
Total	-	-	1.565	75.523	42.634	517.424	1.885.307	2.780.619	(258.166)	2.522.453	3.060.984	(194.697)	2.866.287	1.973.088	47.407	2.020.495	

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Descrição	2011										2010	
	30 de setembro						30 de junho				30 de setembro	
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	89.97 1	5.804.00 8	7.554.13 7	12.238.11 3	6.878.45 2	28.894.96 2	61.459.64 3	63.657.33 2	58.186.93 6	58.827.56 3	69.611.69 4	70.871.88 9
Letras Financeiras do Tesouro	-	977.915	-	1.466.872	25.521	2.941.375	5.411.683	5.411.264	5.253.375	5.252.905	5.508.785	5.508.260
Letras do Tesouro Nacional	89.97 1	-	-	-	-	2.653.438	2.743.409	2.789.855	87.369	87.293	9.450.682	9.439.178
Notas do Tesouro Nacional	-	4.826.09 3	7.554.13 7	10.771.24 1	6.852.93 1	23.137.99 3	53.142.39 5	55.319.07 1	52.682.09 8	53.352.31 0	53.004.55 8	54.554.88 2
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	-	-	162.156	162.156	137.142	164.094	135.055	1.647.669	1.369.569
Títulos Empresa	-	-	-	-	-	28.251	28.251	28.900	27.312	27.553	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	28.251	28.251	28.900	27.312	27.553	-	-
Total	89.97 1	5.804.00 8	7.554.13 7	12.238.11 3	6.878.45 2	28.923.21 3	61.487.89 4	63.686.23 2	58.214.24 8	58.855.11 6	69.611.69 4	70.871.88 9

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	30 de setembro de 2011												
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletido		Valor Contábil	Valor de Mercado*	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias	Sem vencimento
		Resultado	PL										
Títulos Públicos – Brasil	111.552.250	683.931	2.602	112.238.783	114.436.474	97,90	4.745.996	8.613.335	13.768.408	24.285.176	25.286.958	35.538.910	-
Letras Financeiras do Tesouro	12.845.235	(743)	266	12.844.758	12.844.342	10,99	-	3.787.241	1.750	3.114.173	1.513.615	4.427.979	-
Letras do Tesouro Nacional	37.359.933	643.325	-	38.003.258	38.049.705	32,55	4.745.996	-	-	10.399.489	15.139.501	7.718.272	-
Notas do Tesouro Nacional	61.184.591	41.349	2.344	61.228.284	63.404.959	54,24	-	4.826.094	13.766.658	10.771.242	8.633.842	23.230.448	-
Tesouro Nacional/Securitização	162.226	-	(15)	162.211	137.196	0,12	-	-	-	-	-	162.211	-
Títulos da Dívida Agrária	265	-	7	272	272	-	-	-	-	272	-	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos – Empresas	2.715.488	740	(260.769)	2.455.459	2.456.107	2,10	-	-	1.565	81.524	65.910	421.153	1.885.307
Debêntures	352.554	1.175	5.525	359.254	359.255	0,31	-	-	1.565	81.524	65.910	210.255	-
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	28.164	-	-	28.164	28.164	0,02	-	-	-	-	-	28.164	-
Cert. de Recebíveis Imob.	187.916	(435)	(4.747)	182.734	183.381	0,16	-	-	-	-	-	182.734	-
Ações	2.146.854	-	(261.547)	1.885.307	1.885.307	1,61	-	-	-	-	-	-	1.885.307
Subtotal – TVM	114.267.738	684.671	(258.167)	114.694.242	116.892.581	100,00	4.745.996	8.613.335	13.769.973	24.366.700	25.352.868	35.960.063	1.885.307
Títulos para Negociação	49.999.223	684.671	-	50.683.894	50.683.894	43,36	4.656.025	2.809.327	6.214.271	12.053.063	18.431.781	6.519.427	-
Títulos Disponíveis para Venda	2.780.621	-	(258.167)	2.522.454	2.522.454	2,16	-	-	1.565	75.524	42.635	517.423	1.885.307
Títulos Mantidos até o Vencimento	61.487.894	-	-	61.487.894	63.686.233	54,48	89.971	5.804.008	7.554.137	12.238.113	6.878.452	28.923.213	-
Derivativos (ATIVO)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos (PASSIVO)	794	-	-	-	794	100,00	-	-	-	-	-	-	794
Total TVM e Derivativos (ATIVO)	114.267.738	684.671	(258.167)	114.694.242	116.892.581	100,00	4.745.996	8.613.335	13.769.973	24.366.700	25.352.868	35.960.063	1.885.307
Total TVM e Derivativos (PASSIVO)	794	-	-	-	794	100,00	-	-	-	-	-	-	794

* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Revenda	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos Públicos - Brasil	80.853.641	30.474.012	909.925	1.205	-	112.238.782	97,86
Letras Financeiras do Tesouro	6.829.724	6.010.856	4.179	-	-	12.844.758	11,20
Letras do Tesouro Nacional	33.570.546	4.393.158	39.554	-	-	38.003.258	33,13
Notas do Tesouro Nacional	40.290.888	20.069.998	866.192	1.205	-	61.228.283	53,38
Tesouro Nacional/Securitização	162.211	-	-	-	-	162.211	0,15
Títulos da Dívida Agrária	272	-	-	-	-	272	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Títulos – Empresas	2.356.915	98.544	-	-	-	2.455.460	2,14
Debêntures	260.710	98.544	-	-	-	359.255	0,32
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	28.164	-	-	-	-	28.164	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	182.734	-	-	-	-	182.734	0,16
Ações	1.885.307	-	-	-	-	1.885.307	1,64
30 de setembro de 2011	83.210.556	30.572.556	909.925	1.205	-	114.694.242	100,00
30 de junho de 2011	80.884.511	26.105.359	770.410	1.228	-	107.761.508	100,00
30 de setembro de 2010	75.504.926	32.394.272	266.704	1.179	1	108.167.082	100,00

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

Em 30 de dezembro de 2010, foi emitida a portaria STN nº 728 que autorizou a emissão de 3.578.288 Letras do Tesouro Nacional – LTN no valor de R\$ 2.876.426 com vencimentos em 01/07/2012 (R\$ 1.438.220) e 01/04/2013 (R\$ 1.438.207) em favor da CAIXA em permuta por 1.323.797 títulos CVS com valor de R\$ 2.876.426 com vencimento em 01/01/2027.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Operações compromissadas	1.970.359	1.184.080	4.290.305	2.945.936
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.646	-	23.380	5.839
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.646	38.672	(79.561)	166.743
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.167.526	1.211.606	4.291.194	2.365.616
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.577.409	1.925.719	5.696.493	5.834.148
Total	5.768.586	4.360.077	14.221.811	11.318.282

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 69 (2010 - R\$ 2.416).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 40.996.220 (2010 - R\$ 26.038.272). O diferencial a pagar de Swap nessa data monta R\$ 794 (2010 - R\$ 2.587).

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Descrição	2011								2010			
	30 de setembro				30 de junho				30 de setembro			
	Conta de compensação o valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação o valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação o valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros												
Compromissos de venda	40.996.220	-	-	40.996.220	32.973.053	-	-	32.973.053	26.038.272	-	-	26.038.272
Moeda estrangeira	146.415	-	-	146.415	200.367	-	-	200.367	-	-	-	-
Índices/ DDI	40.849.805	-	-	40.849.805	32.772.686	-	-	32.772.686	26.038.272	-	-	26.038.272
Contratos de swaps												
Posição ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	921.399	1	81.123	1.002.523
Taxa Referencial	-	-	-	-	-	-	-	-	921.399	1	81.123	1.002.523
Posição passiva	-	794	-	794	-	852	-	852	921.399	2.587	81.961	1.005.947
Pós-Fixados	-	794	-	794	-	852	-	852	921.399	2.587	81.961	1.005.947

(h) **Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:**

Descrição	2011							2010	
	30 de setembro						30 de junho	30 de setembro	
	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	4.655.925	-	6.212.546	10.403.155	15.232.913	4.091.416	40.595.955	32.600.598	24.961.139
ATIVO DOLAR – Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	129.808	16.607	-	-	-	-	146.415	14.139	-
ATIVO DOLAR – Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	464
ATIVO DDI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	4.939
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	129.750	-	-	-	-	-	129.750	186.227	4.933

(1) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Swap	(7)	(28)	14	(3.280)
Futuro	(623.248)	(6.942)	(660.094)	(137.397)
Total	(623.255)	(6.970)	(660.080)	(140.677)

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Títulos públicos	911.130	770.411	264.526
- Notas do Tesouro Nacional	867.398	727.029	1.079
- Letras do Tesouro Nacional	39.554	39.326	263.447
- Letras Financeiras do Tesouro	4.178	4.056	-

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela CAIXA. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da CAIXA que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.

- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota – 8 Relações interfinanceiras - créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2011		2010
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.543.483	4.049.227	4.205.966
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	28.629.971	27.139.434	24.499.292
Compulsório adicional (1)	Taxa selic	27.546.623	25.867.742	18.471.055
Total		60.720.077	57.056.403	47.176.313

(1) Conforme Circular BACEN nº 3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) Os A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo, no montante de R\$ 22.153.386 (2010 – R\$ 28.881.970) e provisões de R\$ 2.961.165 (2010 – R\$ 3.062.333). Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (1)	2.252.910	(432.901)	2.360.713	(452.563)	2.574.161	(451.171)
Habilitados e não homologados (2)	5.865.171	(2.187.104)	5.760.572	(2.139.570)	5.383.035	(1.940.275)
Habilitados e homologados (3)	14.035.305	(341.160)	15.576.497	(333.893)	20.924.774	(670.887)
Total	22.153.386	(2.961.165)	23.697.782	(2.926.026)	28.881.970	(3.062.333)

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS, para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA tem um estoque de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS, os quais se encontram com negativa de cobertura pelo FCVS, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros.

Entretanto o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90, para efeitos de cobertura do FCVS, definindo em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo FCVS de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Em 1º de setembro de 2011, foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R\$ 1.360.000 sendo R\$ 1.081.647 em títulos CVS e o restante, no valor de R\$ 278.353, preponderantemente em LTN.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado até 30 de setembro	Acumulado até 30 de setembro
Créditos vinculados ao BACEN	1.348.254	1.191.956	3.604.608	2.003.358
Créditos vinculados ao SFH	480.612	547.241	1.544.980	1.318.232
Total	1.828.866	1.739.197	5.149.588	3.321.590

Nota – 9 Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Operações de Crédito	227.029.335	98,77	205.853.006	98,70	162.780.469	98,61
Empréstimos e títulos descontados	59.092.293	25,71	52.034.962	24,95	44.640.043	27,04
Financiamentos	12.940.479	5,63	11.714.207	5,62	9.788.793	5,93
Financiamentos imobiliários	141.208.117	61,43	129.314.290	62,00	97.911.303	59,31
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	13.788.446	6,00	12.789.547	6,13	10.440.330	6,33
Outros Créditos com características de concessão de crédito (nota 10 c1)	2.838.859	1,23	2.707.029	1,30	2.295.580	1,39
Cartão de crédito	2.782.346	1,21	2.650.753	1,27	2.246.533	1,36
Créditos por avais e fianças honradas	34.030	0,01	33.540	0,02	29.924	0,02
Devedores por compra de valores e bens	17.011	0,01	16.122	0,01	11.028	0,01
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.472	0,00	6.614	-	8.095	-
Total da Carteira de Crédito	229.868.194	100,00	208.560.035	100,00	165.076.049	100,00
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(14.420.428)	100,00	(13.141.161)	100,00	(10.361.115)	100,00
Provisão para operações de crédito	(14.312.384)	99,25	(13.034.763)	99,19	(10.242.553)	98,86
Provisão para outros créditos	(108.044)	0,75	(106.398)	0,81	(118.562)	1,14
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	215.447.766	-	195.418.874	-	154.714.934	-

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso normal

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011				2010	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	3.431.100	5.740.580	1.504.775	3.949.124	6.879.536	31.425.893	52.931.008	28,03	46.123.091	26,94	40.557.245	29,52
Financiamentos	1.045.539	262.618	252.240	705.738	1.204.804	7.616.235	11.087.174	5,87	9.993.647	5,84	8.403.628	6,12
Financiamentos imobiliários	1.733.406	1.322.113	1.319.320	3.939.942	7.864.055	92.325.751	108.504.587	57,46	99.661.333	58,22	75.791.234	55,18
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	88.625	88.606	88.581	265.700	536.838	12.432.744	13.501.094	7,15	12.731.091	7,44	10.339.806	7,53
Outros Créditos	1.371.176	530.499	328.272	402.551	156.241	12.519	2.801.258	1,49	2.670.568	1,56	2.264.490	1,65
30 de setembro de 2011	7.669.846	7.944.416	3.493.188	9.263.055	16.641.474	143.813.142	188.825.121	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2011	7.144.621	4.130.048	3.701.558	9.926.253	16.354.731	129.922.519	-	-	171.179.730	100,00	-	-
30 de setembro de 2010	6.763.261	3.671.099	3.303.873	8.910.763	14.843.286	99.864.121	-	-	-	-	137.356.403	100,00

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011				2010	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	151.771	142.786	138.482	392.939	670.195	2.201.139	3.697.312	10,27	3.697.253	11,17	2.282.525	9,36
Financiamentos	34.398	33.214	32.356	91.310	158.314	490.788	840.380	2,33	782.197	2,36	649.139	2,66
Financiamentos imobiliários	546.295	355.745	355.460	1.068.787	2.122.981	26.714.672	31.163.940	86,58	28.556.900	86,26	21.360.706	87,54
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.284	2.284	2.284	6.852	13.704	249.460	276.868	0,77	57.393	0,17	98.355	0,40
Outros Créditos	9.465	266	88	256	490	3.246	13.811	0,05	13.272	0,04	10.685	0,04
30 de setembro de 2011	744.213	534.295	528.670	1.560.144	2.965.684	29.659.305	35.992.311	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2011	699.608	505.329	500.741	1.481.298	2.811.758	27.108.281	-	-	33.107.015	100,00	-	-
30 de setembro de 2010	971.514	386.965	382.769	1.121.197	2.132.740	19.406.225	-	-	-	-	24.401.410	100,00

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011				2010	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	362.582	443.411	234.411	570.943	749.210	103.416	2.463.973	48,78	2.214.618	51,83	1.800.273	54,26
Financiamentos	61.045	49.112	160.085	329.084	379.023	34.576	1.012.925	20,05	938.363	21,96	736.026	22,18
Financiamentos imobiliários	487.387	103.303	206.151	354.460	377.502	10.787	1.539.590	30,48	1.096.057	25,65	759.363	22,88
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	535	-	9.068	23	858	-	10.484	0,21	1.063	0,02	2.169	0,07
Outros Créditos	6.620	5.921	2.688	2.936	2.546	3.079	23.790	0,48	23.189	0,55	20.405	0,61
30 de setembro de 2011	918.169	601.747	612.403	1.257.446	1.509.139	151.858	5.050.762	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2011	584.604	339.202	576.965	1.247.566	1.396.297	128.656	-	-	4.273.290	100,00	-	-
30 de setembro de 2010	498.306	280.118	426.498	935.420	1.063.340	114.554	-	-	-	-	3.318.236	100,00

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2011				2010	
										Total em 30 de setembro	%	Total em 30 de junho	%	Total em 30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	13.562.447	27.883.390	8.713.044	4.076.719	1.433.694	612.953	392.872	314.500	2.102.674	59.092.293	25,71	52.034.962	24,95	44.640.043	27,04
Financiamentos	3.652.111	5.001.085	1.514.503	779.501	401.937	174.527	141.021	142.076	1.133.718	12.940.479	5,63	11.714.207	5,62	9.788.793	5,93
Financiamentos imobiliários	299.139	75.062.284	28.124.540	27.227.678	1.706.335	760.422	585.730	538.443	6.903.546	141.208.117	61,43	129.314.290	62,00	97.911.303	59,31
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	681.974	8.321.716	1.839.587	2.302.745	621.921	-	-	-	20.503	13.788.446	6,00	12.789.547	6,13	10.440.330	6,33
Outros Créditos	18.701	2.064.456	303.347	175.112	176.115	33.692	8.821	4.380	54.235	2.838.859	1,23	2.707.029	1,30	2.295.580	1,39
30 de setembro de 2011	18.214.372	118.332.931	40.495.021	34.561.755	4.340.002	1.581.594	1.128.444	999.399	10.214.676	229.868.194	100,00	-	-	-	-
%	7,92	51,48	17,62	15,04	1,89	0,69	0,49	0,43	4,44	100,00	-	-	-	-	-
30 de junho de 2011	14.369.679	104.976.428	42.217.134	30.196.383	3.945.590	1.562.126	1.130.444	1.008.190	9.154.061	-	-	208.560.035	100,00	-	-
%	6,90	50,33	20,24	14,48	1,89	0,75	0,54	0,48	4,39	-	-	100,00	-	-	-
30 de setembro de 2010	12.618.478	74.636.228	42.066.598	22.308.885	3.385.098	1.059.740	848.338	1.117.625	7.035.059	-	-	-	-	165.076.049	100,00
%	7,65	45,21	25,48	13,51	2,05	0,64	0,51	0,68	4,27	-	-	-	-	100,00	-

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

Descrição	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2011				2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
1 a 30	1.117.856	4.214.047	1.076.488	689.797	263.254	67.861	35.158	16.764	188.621	7.669.846	4,06	7.144.621	4,18	6.763.261	4,92
31 a 60	359.542	4.430.398	1.382.234	967.971	474.816	119.551	71.102	8.703	130.099	7.944.416	4,21	4.130.048	2,41	3.671.099	2,67
61 a 90	266.325	2.078.720	589.282	348.086	88.570	24.575	10.402	5.773	81.455	3.493.188	1,85	3.701.558	2,16	3.303.873	2,41
91 a 180	671.328	5.627.971	1.554.530	935.084	178.814	51.515	23.330	15.047	205.436	9.263.055	4,91	9.926.253	5,80	8.910.763	6,49
181 a 360	1.331.368	10.010.060	2.814.211	1.699.614	251.846	76.242	36.569	48.538	373.026	16.641.474	8,81	16.354.731	9,55	14.843.286	10,81
Acima de 360	14.308.199	79.486.643	24.384.076	20.994.139	1.435.244	260.349	169.337	156.086	2.619.069	143.813.142	76,16	129.922.519	75,90	99.864.121	72,70
Total	18.054.618	105.847.839	31.800.821	25.634.691	2.692.544	600.093	345.898	250.911	3.597.706	188.825.121	100,00	171.179.730	100,00	137.356.403	100,00
%	9,56	56,06	16,84	13,58	1,43	0,32	0,18	0,13	1,91	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Curso anormal

Descrição	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2011				2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Parcelas Vencidas	127.561	94.543	435.345	541.547	493.429	409.118	359.277	371.127	2.218.815	5.050.762	100	4.273.290	100,00	3.318.236	100,00
1 a 30	127.561	88.717	354.706	164.855	67.705	17.518	11.563	9.638	75.906	918.169	18,18	584.604	13,68	498.306	15,02
31 a 60	-	5.826	79.652	254.641	44.388	16.268	10.341	11.548	179.083	601.747	11,91	339.202	7,94	280.118	8,44
61 a 90	-	-	987	82.816	319.593	63.527	26.834	20.922	97.724	612.403	12,12	576.965	13,5	426.498	12,85
91 a 180	-	-	-	39.235	61.598	271.245	275.340	288.827	321.201	1.257.446	24,90	1.247.566	29,19	935.420	28,19
181 a 360	-	-	-	-	145	40.560	35.199	36.756	1.396.479	1.509.139	29,88	1.396.297	32,68	1.063.340	32,05
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	3.436	148.422	151.858	3,01	128.656	3,01	114.554	3,45
Parcelas Vincendas	32.193	12.390.549	8.258.855	8.385.517	1.154.029	572.383	423.269	377.361	4.398.155	35.992.311	100,00	33.107.015	100,00	24.401.410	100,00
1 a 30	671	255.046	181.555	152.066	30.336	13.685	9.661	8.396	92.797	744.213	2,07	699.608	2,12	971.514	3,98
31 a 60	665	182.936	127.497	110.356	24.459	10.765	7.331	6.139	64.147	534.295	1,48	505.329	1,53	386.965	1,59
61 a 90	659	181.259	126.283	109.033	24.000	10.573	7.208	6.086	63.569	528.670	1,47	500.741	1,51	382.769	1,57
91 a 180	1.937	536.273	373.413	322.717	69.332	30.572	20.726	17.884	187.290	1.560.144	4,33	1.481.298	4,47	1.121.197	4,59
181 a 360	3.737	1.033.573	713.722	602.889	123.891	55.399	37.665	33.929	360.879	2.965.684	8,24	2.811.758	8,49	2.132.740	8,74
Acima de 360	24.524	10.201.462	6.736.385	7.088.456	882.011	451.389	340.678	304.927	3.629.473	29.659.305	82,40	27.108.281	81,88	19.406.225	79,53
Total	159.754	12.485.092	8.694.200	8.927.064	1.647.458	981.501	782.546	748.488	6.616.970	41.043.073	-	37.380.305	-	27.719.646	-
%	0,39	30,42	21,18	21,75	4,01	2,39	1,91	1,82	16,12	100	-	100,00	-	100,00	-

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
SETOR PÚBLICO	16.958.456	7,38	16.276.257	7,80	15.110.319	9,15
Administração Direta	7.328.211	3,19	6.889.823	3,30	5.967.108	3,61
Petroquímico	5.732.226	2,49	5.663.618	2,72	5.676.276	3,44
Saneamento	2.549.290	1,11	2.357.509	1,13	2.174.827	1,32
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	599.200	0,26	631.687	0,30	611.327	0,37
Outros	749.529	0,33	733.620	0,35	680.781	0,41
SETOR PRIVADO	212.909.738	92,62	192.283.778	92,20	149.965.730	90,85
PESSOA JURÍDICA	51.001.468	22,19	44.213.730	21,20	35.607.409	21,57
INDÚSTRIA E COMERCIO	27.488.905	11,96	24.137.095	11,57	16.872.780	10,22
Comércio Varejista e Atacadista	7.395.499	3,22	7.119.707	3,41	6.083.611	3,69
Metalurgia	7.488.326	3,26	5.225.189	2,51	3.152.347	1,91
Fabricação de Produtos Químicos	1.148.901	0,50	755.218	0,36	296.105	0,18
Alimentos	3.803.832	1,65	3.317.698	1,59	1.582.745	0,96
Veículos Leves e Pesados	784.453	0,34	771.145	0,37	594.974	0,36
Vestuário e Acessórios	382.008	0,17	370.168	0,18	337.120	0,20
Outros Indústria e Comércio	6.485.886	2,82	6.577.970	3,15	4.825.878	2,92
SERVIÇOS	23.512.563	10,23	20.076.635	9,63	18.734.629	11,35
Petroquímico	550.624	0,24	512.334	0,26	471.419	0,28
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	3.169.152	1,38	2.984.386	1,43	2.489.645	1,51
Saneamento	240.694	0,10	235.539	0,11	205.380	0,12
Construção Civil	1.236.751	0,54	1.151.564	0,55	946.639	0,57
Saúde	1.483.922	0,65	1.514.661	0,73	1.255.346	0,76
Atividades de Serviços Financeiros	4.255.213	1,85	3.429.382	1,64	3.515.667	2,13
Escritório	416.239	0,18	412.616	0,20	374.452	0,23
Transporte Terrestre	947.834	0,41	918.359	0,44	488.231	0,30
Educação	310.098	0,13	295.356	0,14	276.324	0,17
Infraestrutura	290.547	0,13	276.218	0,13	207.643	0,13
Habitação	3.085.542	1,34	2.503.900	1,20	1.476.358	0,89
Telecomunicações	63.409	0,03	63.888	0,03	2.076.462	1,26
Outros Serviços	7.462.538	3,25	5.778.432	2,77	4.951.063	3,00
PESSOA FÍSICA	161.908.270	70,44	148.070.048	71,00	114.358.321	69,28
Habitação	129.063.224	56,15	117.895.037	56,53	89.222.858	54,05
Empréstimos	32.845.046	14,29	30.175.011	14,47	25.135.463	15,23
Total	229.868.194	100,00	208.560.035	100,00	165.076.049	100,00

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2011						2010	
	30 de setembro				30 de junho		30 de setembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
Curto prazo	1.857.432	49.487.553	51.344.985	22,34	47.455.508	22,75	42.487.467	25,74
De 0 a 90 dias	620.757	20.895.355	21.516.112	9,36	16.881.472	8,09	15.479.481	9,38
De 91 a 360 dias	1.236.675	28.592.198	29.828.873	12,98	30.574.036	14,66	27.007.986	16,36
Longo prazo	15.005.775	158.466.672	173.472.447	75,48	157.030.793	75,29	119.270.346	72,25
De 1 ano até 3 anos	3.181.352	61.590.431	64.771.783	28,18	58.774.412	28,18	48.631.063	29,46
De 3 anos até 5 anos	2.846.498	43.163.222	46.009.720	20,02	41.521.371	19,91	31.033.748	18,8
De 5 anos até 15 anos	7.379.186	51.367.056	58.746.242	25,56	47.665.168	22,85	32.054.934	19,42
Mais de 15 anos	1.598.739	2.345.963	3.944.702	1,72	9.069.842	4,35	7.550.601	4,57
Total normal	16.863.207	207.954.225	224.817.432	97,82	204.486.301	98,04	161.757.813	97,99
Total vencido	95.251	4.955.511	5.050.762	2,18	4.073.734	1,96	3.318.236	2,01
Total geral	16.958.458	212.909.736	229.868.194	100	208.560.035	100,00	165.076.049	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.838.858 (2010 – R\$ 2.295.580), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

(f) Resultado de operação de crédito

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	3.774.764	3.338.013	10.503.711	7.894.210
Financiamentos imobiliários	3.440.288	2.896.847	8.924.351	5.605.326
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	276.523	248.836	746.993	531.868
Outros créditos	2.583	2.540	7.345	7.151
Total	7.494.158	6.486.236	20.182.400	14.038.555

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Principal devedor	7.309.962	3,18	5.663.617	2,72	5.676.275	3,44
10 maiores devedores	21.848.514	9,50	17.793.753	8,53	15.915.984	9,64
20 maiores devedores	26.361.525	11,47	21.904.021	10,50	19.352.234	11,72
50 maiores devedores	32.317.614	14,06	27.574.617	13,22	24.127.629	14,62
100 maiores devedores	36.288.632	15,79	31.277.623	15,00	27.199.312	16,48

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Operações Renegociadas	2.016.480	1.314.647	1.934.576
Operações Comerciais	1.565.564	1.030.548	1.541.281
Operações Habitacionais	450.916	284.099	393.295
Operações Recuperadas	531.673	342.296	456.809
Operações Comerciais	221.475	150.834	207.465
Operações Habitacionais	310.198	191.462	249.344

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado em 30 de setembro	Acumulado em 30 de setembro
Saldo inicial	13.141.161	12.347.438	11.299.930	8.980.076
Constituição	1.872.641	1.734.946	5.195.216	3.462.340
Baixas	(1.166)	(336.590)	(347.918)	(590.047)
Transferência para prejuízo	(592.208)	(604.633)	(1.726.800)	(1.491.254)
Saldo final	14.420.428	13.141.161	14.420.428	10.361.115

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
AA	-	-	-	-	-	-
A	139.417	25.005	375.311	41.609	10.322	591.664
B	87.130	15.145	281.245	18.396	3.033	404.949
C	122.302	23.385	816.830	69.082	5.253	1.036.852
D	143.369	40.194	170.633	62.192	17.611	433.999
E	183.886	52.358	228.127	-	10.108	474.479
F	196.436	70.510	292.865	-	4.410	564.221
G	220.150	99.453	376.910	-	3.066	699.579
H	2.102.675	1.133.718	6.903.548	20.503	54.241	10.214.685
30 de setembro de 2011	3.195.365	1.459.768	9.445.469	211.782	108.044	14.420.428
%	22,16	10,12	65,50	1,47	0,75	100,00
30 de junho de 2011	2.968.207	1.419.926	8.468.812	177.818	106.398	13.141.161
%	22,59	10,81	64,44	1,35	0,81	100,00
30 de setembro de 2010	2.403.504	1.195.293	6.480.214	163.542	118.562	10.361.115
%	23,20	11,54	62,54	1,58	1,14	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 108.044 (2010 – R\$ 118.562), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

Nota – 10 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Ativo - Outros créditos	189.928	92.686	39.320
Câmbio comprado a liquidar - ME	87.465	67.355	16.654
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	103.252	25.811	30.840
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(789)	(480)	(8.174)
Ativo circulante	189.928	92.686	39.320
Passivo - Outras obrigações	190.781	93.668	47.655
Câmbio vendido a liquidar - ME	34.511	5.837	31.001
Obrigações por compras de câmbio - MN	156.270	87.831	16.654
Passivo circulante	190.781	93.668	47.655

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Receitas	129.818	77.445	265.633	130.217
Disponibilidade em moeda estrangeira	129.818	77.445	265.633	130.217
Despesas	(115.266)	(77.820)	(250.581)	(129.322)
De variações e diferenças de taxas	(115.266)	(77.820)	(250.581)	(129.322)
Resultado de câmbio	14.552	(375)	15.052	895

(b) Rendas a receber

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Dividendos e JCP a receber	91.244	6,12	148.182	11,29	103.821	10,71
FGTS	291.780	19,57	260.479	19,84	234.308	24,18
Seguro-desemprego	202.320	13,57	137.279	10,46	96.154	9,92
Orçamento Geral da União	166.614	11,18	168.902	12,87	137.441	14,18
Convênios	41.008	2,75	41.201	3,14	25.343	2,62
INSS	165.044	11,07	143.475	10,93	55.639	5,74
FAR	12.987	0,87	6.566	0,50	13.405	1,38
Fundos de investimento	64.702	4,34	62.843	4,79	56.558	5,84
Bolsa Família	72.404	4,86	75.575	5,76	80.756	8,33
Bolsa Escola	8.725	0,59	8.725	0,66	8.744	0,90
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	22.610	1,52	18.666	1,42	18.811	1,94
PIS	252.195	16,92	109.936	8,38	100.707	10,39
FIES	78.380	5,26	92.423	7,04	9.148	0,94
Outros	20.564	1,38	37.907	2,92	28.279	2,93
Total	1.490.577	100,00	1.312.159	100,00	969.114	100,00
Ativo circulante	1.490.577	100,00	1.312.159	100,00	940.100	97,01
Ativo não circulante	-	-	-	-	29.014	2,99

(c) Diversos

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Adiantamentos	380.443	1,28	405.822	1,58	361.803	1,95
Créditos tributários (Nota 21)	12.800.476	42,82	11.801.737	45,85	9.750.865	52,67
Devedores por depósitos em garantia (Nota 31 a(2))	9.153.521	30,59	8.928.212	34,69	4.243.662	22,92
Impostos e contribuições a compensar	90.882	0,27	166.736	0,65	265.228	1,43
Pagamentos a ressarcir	84.647	0,28	56.964	0,22	46.828	0,25
Participações pagas antecipadamente	753.802	2,52	436.470	1,70	599.523	3,24
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.804.828	9,37	2.673.489	10,39	2.264.231	12,23
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	262.973	0,88	203.605	0,79	100.735	0,54
Devedores diversos (c.3)	3.777.311	12,62	1.259.172	4,89	1.052.388	5,68
Provisão para perdas - Diversos (1)	(188.035)	(0,63)	(193.039)	(0,76)	(170.888)	(0,91)
Total	29.920.848	100,00	25.739.168	100,00	18.514.375	100,00
Ativo circulante	17.152.357	57,33	13.965.275	54,26	8.877.698	47,95
Ativo não circulante	12.768.491	42,67	11.773.893	45,74	9.636.677	52,05

(1) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Devedores por compra de valores e bens	17.010	16.122	9.603
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.472	6.614	8.095
Cartão de crédito	2.782.346	2.650.753	2.246.533
Subtotal	2.804.828	2.673.489	2.264.231
Créditos por avais e fianças honrados	34.030	33.540	29.924
Total	2.838.858	2.707.029	2.294.155

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Cartão de crédito	43.954	54.307	51.322
SAÚDE CAIXA	(447)	(439)	(8.443)
Aquisição de Royalties e compensações FI	28.646	34.062	54.856
Prêmio em aquisição de carteiras	185.273	110.856	-
Outros	5.547	4.819	3.000
Total	262.973	203.605	100.735

(c.3) Devedores diversos

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Valores a apropriar (1)	459.691	593.036	748.653
Seguros a receber	82.826	85.940	87.898
Créditos adquiridos	92.068	90.854	101.001
Valores a receber - Cotas FND	322.020	319.841	-
Valores a receber - Créditos imobiliários securitizados (2)	2.025.128	1.485	-
FIES - Risco de financiamento a receber	103.577	103.577	70.214
FCVS - Novação a receber da UNIÃO	597.629	-	-
Outros devedores	94.372	64.439	44.622
Total	3.777.311	1.259.172	1.052.388

(1) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 19 (c.3).

(2) A variação em relação ao período comparativo de 30 de junho refere-se a valores a receber sobre certificados de recebíveis imobiliários.

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular do BACEN nº 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 108.044 (2010 - R\$ 118.562).

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Com característica de concessão de crédito			
. Cartão de crédito	(91.115)	(89.987)	(109.979)
. Créditos por avais e fianças honradas	(11.862)	(11.476)	(4.720)
. Devedores por compra de valores e bens	(5.012)	(4.869)	(3.782)
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(55)	(66)	(81)
Total	(108.044)	(106.398)	(118.562)
Ativo circulante	(97.013)	(96.358)	(115.277)
Ativo não circulante	(11.031)	(10.040)	(3.285)

Nota – 11 Outros valores e bens

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Bens não de uso próprio (1)	600.701	659.008	735.448
. Imóveis patrimoniais não de uso	105.856	129.228	119.827
. Imóveis adjudicados/Arrematados	494.845	529.780	615.621
Despesas antecipadas (2)	446.434	494.464	631.462
Material de consumo	36.259	35.980	22.573
Total	1.083.394	1.189.452	1.389.483

(1) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(2) O montante relativo à “Desp. antecipadas” refere-se sobretudo à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota – 12 Investimentos

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
CAIXA SEGUROS (1)	1.297.702	1.171.285	1.146.455
Banco Panamericano (1)	545.959	635.854	780.848
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (2)	2.967	2.967	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização (1)	6.853	6.965	6.677
TECBAN - Tecnologia bancária (1) (3)	-	-	31.818
CIELO S/A (1) (3)	-	-	65.825
BIAPE	992	833	1.246
Outros investimentos (2)	87.759	75.657	46.099
Total	1.942.232	1.893.561	2.081.068

(1) Os investimentos são constituídos pelas participações constantes na CAIXAPAR (Nota 3).

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável

(3) A partir de 30 de junho de 2011 as participações nas empresas Cielo S/A e Tecban – Tecnologia Bancária S/A foram classificadas em instrumentos financeiros e são apresentadas na Nota 7.

(1) Resultado de participações em coligadas

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Caixa Seguros	150.617	155.020	324.743	312.624
Banco Panamericano	(89.898)	(144.385)	(234.283)	35.192
CIBRASEC	(112)	62	205	676
Participações no exterior	142	24	182	10
Outras	8.190	-	8.190	-
Total da participação	68.939	10.721	99.037	348.502

Nota – 13 Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Descrição	2010		2011				
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	30 de setembro	%
Imóveis de uso	888.348	885.566	43.409	(13.815)	(35.032)	880.128	44,70
- Edificações	610.397	613.519	42.908	(10.904)	(35.032)	610.491	31,01
- Terrenos	277.951	272.047	501	(2.911)	-	269.637	13,69
Imobilizações em curso	4.900	85.169	1.584	(81.054)	-	5.699	0,29
Inst., móveis e equip. de uso	265.960	289.467	91.708	-	(40.711)	340.464	17,29
Sistema de comunicação	21.352	21.101	2.556	-	(3.461)	20.196	1,03
Sistema de proc. de dados	621.731	655.640	232.101	-	(210.924)	676.817	34,38
Sistema de transporte e segurança	46.434	45.495	19.907	-	(19.816)	45.586	2,31
Total	1.848.725	1.982.438	391.265	(94.869)	(309.944)	1.968.890	100,00

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,47% (2010 – 15,10%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota - 14 Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.642/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

Descrição	2010		2011			
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Valor recuperável de ativos	Amortizações	30 de setembro
Aquisição de folha de pagamento	741.410	876.591	268.788	(798)	(190.645)	953.936
Outros ativos intangíveis	-	324.200	-	-	(22.033)	302.167
Projetos logiciais - Software	53.510	59.167	60.548	-	(14.469)	105.246
Total	794.920	1.259.958	329.336	(798)	(227.147)	1.361.349

Nota - 15 Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008 tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registradas em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2010		2011	
	30 de setembro	31 de dezembro	Amortizações	30 de setembro
Gastos em imóveis de terceiros	42.240	36.640	(19.629)	17.011
Gastos com projetos logiciais	31.269	25.383	(14.722)	10.661
Benfeitorias em imóveis próprios	20.368	16.017	(9.529)	6.488
Total	93.877	78.040	(43.880)	34.160

Nota – 16 Depósitos e captações no mercado aberto

(a) Depósitos

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Depósitos à Vista	20.989.048	8,18	20.723.599	8,84	18.572.811	9,13
Pessoas Físicas	8.038.883	3,14	7.884.046	3,36	7.235.441	3,56
Pessoas Jurídicas	10.606.198	4,13	10.305.934	4,40	9.255.355	4,55
Vinculados	1.024.620	0,40	1.020.167	0,44	880.160	0,43
Governo	989.719	0,39	1.035.699	0,44	875.632	0,43
Moedas Estrangeiras	7.418	0,00	29.219	0,01	23.220	0,01
Instituições do sistema Financeiro	19.416	0,01	19.311	0,01	20.017	0,01
Entidades públicas	265.348	0,10	385.181	0,16	249.880	0,12
Outros	37.446	0,01	44.042	0,02	33.106	0,02
Depósitos de Poupança	144.401.586	56,25	136.291.566	58,13	123.346.743	60,65
Pessoas Físicas	141.945.817	55,29	133.927.588	57,12	121.655.796	59,82
Pessoas Jurídicas	2.452.834	0,96	2.361.042	1,01	1.687.588	0,83
Vinculados	2.935	0,00	2.936	0,00	3.359	0,00
Depósitos Interfinanceiros	10.137.532	3,95	2.292.910	0,98	354.930	0,17
Depósitos a prazo	69.202.524	26,96	65.045.197	27,75	50.865.466	25,01
Depósitos a prazo em moeda nacional	40.569.113	15,80	37.199.275	15,87	27.780.350	13,66
Depósitos judiciais com remuneração	28.633.411	11,16	27.845.922	11,88	23.085.116	11,35
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	11.888.808	4,63	9.995.010	4,26	10.146.734	4,99
Outras captações	76.211	0,03	96.303	0,04	99.978	0,05
Total	256.695.709	100,00	234.444.585	100,00	203.386.662	100,00
Passivo circulante	248.069.086	96,64	233.507.566	99,60	202.848.855	99,74
Passivo não circulante	8.626.623	3,36	937.019	0,40	537.807	0,26

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2011						2010	
	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Depósitos à Vista	20.989.048	-	-	-	-	20.989.048	20.723.599	18.572.811
Depósitos de Poupança	144.401.586	-	-	-	-	144.401.586	136.291.566	123.346.743
Depósitos Interfinanceiros	-	10.071.283	60.343	5.906	-	10.137.532	2.292.910	354.930
Depósitos a prazo	54.982.442	1.111.329	4.488.036	6.810.757	1.809.960	69.202.524	65.045.197	50.865.466
Depósitos Judiciais	28.633.411	-	-	-	-	28.633.411	27.845.922	23.085.116
Aplicações	26.349.031	1.111.329	4.488.036	6.810.757	1.809.960	40.569.113	37.199.275	27.780.350
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.888.808	-	-	-	-	11.888.808	9.995.010	10.146.734
Outras captações	76.211	-	-	-	-	76.211	96.303	99.978
Total	232.338.095	11.182.612	4.548.379	6.816.663	1.809.960	256.695.709	234.444.585	203.386.662
%	90,51	4,36	1,77	2,66	0,71	100,00	100,00	100,00

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Depósitos de Poupança	(2.598.250)	(2.345.133)	(7.138.896)	(5.451.055)
Depósitos Interfinanceiros	(276.813)	(78.890)	(424.770)	(6.762)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.166.435)	(990.568)	(3.005.114)	(1.695.234)
Depósitos judiciais	(431.856)	(370.953)	(1.121.355)	(804.485)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(281.499)	(220.015)	(722.504)	(762.066)
Outras captações	(78.858)	(75.415)	(226.541)	(541.155)
Total	(4.833.711)	(4.080.974)	(12.639.180)	(9.260.757)

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 71.981.961 (2010 - R\$ 67.404.973), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Carteira Própria	30.057.057	25.349.462	31.936.992
Letras Financeiras do Tesouro	5.999.423	7.933.544	7.623.766
Letras do Tesouro Nacional	4.358.129	334.492	2.328.653
Notas do Tesouro Nacional	19.603.003	17.081.426	21.984.573
Títulos Privados	96.502	-	-
Carteira de Terceiros	41.924.904	36.061.403	35.467.981
Letras Financeiras do Tesouro	36.007.920	29.326.135	19.457.673
Letras do Tesouro Nacional	-	3.002.026	16.010.308
Notas do Tesouro Nacional	5.916.984	3.733.242	-
Total	71.981.961	61.410.865	67.404.973
Passivo circulante	71.981.961	61.410.865	67.404.973
Passivo não circulante	-	-	-

(e) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Carteira Própria	(761.643)	(743.155)	(2.176.331)	(1.591.619)
Carteira de Terceiros	(1.476.201)	(944.910)	(3.217.337)	(2.692.660)
Total	(2.237.844)	(1.688.065)	(5.393.668)	(4.284.279)

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas:

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Depósitos - FGTS	5.804.251	48,82	3.188.999	31,91	3.370.376	33,22
Depósitos - Especiais com remuneração	1.358.790	11,43	1.306.288	13,07	1.634.568	16,11
Depósitos - FAT (f.2)	2.769.514	23,30	2.879.605	28,81	3.270.950	32,24
Depósitos - FISANE	7.340	0,06	7.203	0,07	6.842	0,07
Depósitos - PRODEC	43.612	0,37	42.748	0,43	40.815	0,40
Depósitos - PIS	9.563	0,08	44.746	0,45	153.239	1,51
Depósitos - FIEL	-	-	-	-	57.109	0,56
Depósitos - FGS	53.851	0,45	22.651	0,23	12.406	0,12
Depósitos - FAR	79.307	0,67	508.935	5,09	371.862	3,66
Depósitos - FDS	531.722	4,47	545.794	5,46	483.421	4,76
Depósitos - Profrota pesqueira	54.708	0,46	53.111	0,53	49.079	0,48
Depósitos - FAS	3.252	0,03	2.130	0,02	3.446	0,03
Depósitos - PREVHAB	440.598	3,71	428.954	4,29	397.336	3,92
Saúde CAIXA	168.860	1,42	163.769	1,64	114.380	1,13
Outros	563.440	4,73	800.077	8,00	180.905	1,79
Total	11.888.808	100,00	9.995.010	100,00	10.146.734	100,00
Passivo circulante	11.888.808	100,00	9.995.010	100,00	10.146.734	100,00
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2011			2010
		3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(149.046)	(91.548)	(340.774)	(364.841)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(43.041)	(43.646)	(131.843)	(180.811)
Depósitos - FISANE	TR	(137)	(126)	(382)	(323)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(884)	(836)	(2.456)	(2.062)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(17.111)	(17.978)	(48.605)	(48.663)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	-	-	(205)	(2.759)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(960)	(410)	(1.900)	(3.851)
Depósitos - FAR	selic	(7.305)	(7.439)	(21.224)	(26.742)
Depósitos - FAS	TR	(12)	(6)	(32)	(14)
Depósitos - PREVHAB	selic	(14.196)	(12.968)	(39.113)	(29.053)
Depósitos - Caução	TR	(1.752)	(1.284)	(4.532)	(20.575)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.226)	(15.386)	(47.022)	(27.929)
Depósitos - Tesouro Nacional/Banco Meridional	Selic	(6.213)	(4.793)	(15.346)	(9.695)
Depósitos - FCA	Extra mercado	(5.931)	(5.271)	(15.723)	(5.898)
Outros	-	(18.685)	(18.322)	(53.347)	(38.850)
Total	-	(281.499)	(220.014)	(722.504)	(762.066)

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2011						2010		
		Forma	Data	Data Final	30 de setembro			30 de junho			30 de setembro		
					Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					124.996	2.484.346	2.609.342	142.162	2.572.375	2.714.537	171.237	2.922.685	3.093.922
Proger urbano				-	57.855	1.780.906	1.838.761	75.120	1.850.810	1.925.930	69.131	2.147.070	2.216.201
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	57.130	1.766.406	1.823.536	73.679	1.835.995	1.909.674	65.298	2.129.618	2.194.916
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	20	7.988	8.008	404	7.985	8.389	2.102	9.201	11.303
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	40	40	-	42	42	-	48	48
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	705	6.472	7.177	1.037	6.788	7.825	1.731	8.203	9.934
FAT - habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.747	39.585	41.332	2.253	44.338	46.591	2.687	62.487	65.174
FAT infra estrutura				-	64.564	649.448	714.012	63.404	662.641	726.045	98.709	695.456	794.165
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	64.564	649.448	714.012	63.404	662.641	726.045	98.709	695.456	794.165
FAT - PNMPO				-	830	14.407	15.237	1.384	14.587	15.971	710	17.672	18.382
FAT - microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	830	14.407	15.237	1.384	14.587	15.971	710	17.672	18.382
Linhas de crédito especiais					8.763	151.409	160.172	8.847	156.222	165.069	8.315	168.713	177.028
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	120.016	120.016	-	118.266	118.266	-	113.222	113.222
FAT - material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-	-	-	-	-	-	-	2.066	29	2.095
FAT - giro setorial				-	8.763	31.393	40.156	8.847	37.956	46.803	6.249	55.462	61.711
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	5.651	19.867	25.518	5.581	24.121	29.702	3.102	34.938	38.040
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.112	11.526	14.638	3.266	13.835	17.101	3.147	20.524	23.671
FAT - moto-frete	01/2009	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total					133.759	2.635.755	2.769.514	151.009	2.728.596	2.879.605	179.552	3.091.398	3.270.950

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota – 17 Recursos de aceites e emissões de títulos

a) Recursos de letras

Papel	Indexador	2011						2010		
		Vencimento						30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
		1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	-	-	509.120	509.120	503.622	484.405
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	-	-	10.909	10.909	10.542	10.163
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	28.251	28.251	30.156	35.847
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.448	-	7.570	16.018	15.877	14.898
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	36.750	-	-	36.750	36.480	34.233
Letra Imobiliária	CDI	334.117	2.179.801	1.981.630	5.402.421	4.618.860	-	14.516.829	12.603.611	6.831.502
Letra Financeira	CDI	-	-	-	1.662.500	1.614.307	29.839	3.306.646	2.362.676	1.485.729
Total		334.117	2.179.801	1.981.630	7.110.119	6.233.167	585.689	18.424.523	15.562.964	8.896.777
Passivo circulante								11.605.667	7.637.653	2.771.822
Passivo não circulante								6.818.856	7.925.311	6.124.955

b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Letras Imobiliárias	(350.009)	(275.154)	(859.382)	(264.474)
Letras Hipotecárias	(18.821)	(18.012)	(63.238)	(74.189)
Letras Financeiras	(91.570)	(55.486)	(194.935)	(22.229)
Total	(460.400)	(348.652)	(1.117.555)	(360.892)

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota – 18 Obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições oficiais

(a) Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 30 de setembro de 2011 monta a R\$ 4.515 (2010 - R\$ 6.702).

A captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras tem vencimento até outubro/2011 e são negociadas a taxas médias entre 1,30% e 1,40% no período, com saldo de R\$ 137.286 (2010 - R\$ 18.317).

(b) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
FGTS	73.092.059	67.245.280	49.709.600
BNDES	7.144.731	6.339.435	4.368.530
Tesouro Nacional - PIS	727.115	687.516	543.760
Outras instituições	177.321	188.151	220.042
Total	81.141.226	74.460.382	54.841.932
Passivo circulante	1.014.889	690.015	561.779
Passivo não circulante	80.126.337	73.770.367	54.280.153

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições oficiais

Descrição	2011			2010
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado até 30 de setembro	Acumulado até 30 de setembro
FGTS	(1.602.808)	(1.231.880)	(3.904.895)	(2.499.021)
BNDES	(64.550)	(144.438)	(273.888)	(154.900)
Tesouro Nacional - PIS	(11.366)	(10.516)	(32.074)	(25.286)
Outras instituições	(40.978)	(853)	(65.712)	(49.764)
Total	(1.719.702)	(1.387.687)	(4.276.569)	(2.728.971)

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 19 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	280.737	19,02	136.878	10,69	119.365	9,36
Imposto de Renda	117.920	7,99	22.942	1,79	20.977	1,64
Contribuição Social	36.568	2,48	8.144	0,64	8.622	0,68
COFINS	108.683	7,36	91.087	7,11	77.287	6,06
PASEP	17.566	1,19	14.705	1,15	12.479	0,98
Impostos e contribuições a recolher	397.553	26,93	423.677	33,09	335.191	26,27
Sobre salários	243.432	16,49	241.726	18,88	213.481	16,73
Sobre serviços	154.121	10,44	181.951	14,21	121.710	9,54
Impostos e contribuições diferidos	549.673	37,22	320.863	25,06	258.711	20,28
IR sobre reserva de reavaliação – Edificações	118.905	8,05	120.606	9,42	126.809	9,94
CS sobre reserva de reavaliação – Edificações	71.343	4,83	72.364	5,65	76.085	5,96
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	54.656	4,27	11.852	0,93
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	7.111	0,56
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	163.209	11,05	-	-	5.107	0,40
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	97.925	6,63	-	-	3.064	0,24
Contratos futuros	5.166	0,35	21.492	1,68	10	-
PASEP	93.125	6,31	51.745	4,04	28.673	2,25
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 31 (a))	248.428	16,83	398.983	31,16	562.496	44,09
INSS	45.531	3,08	208.131	16,26	266.660	20,90
ISS	168.084	11,38	157.533	12,30	147.921	11,59
IRPJ/CSLL	5.877	0,40	5.779	0,45	121.794	9,55
Outros	28.937	1,96	27.540	2,15	26.121	2,05
Total	1.476.391	100,00	1.280.401	100,00	1.275.763	100,00
Passivo circulante	1.286.143	87,11	1.087.431	84,93	1.072.868	84,10
Passivo não circulante	190.248	12,89	192.970	15,07	202.895	15,90

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Obrigações de operações com loterias	555.394	10,72	442.849	8,77	622.769	15,94
Obrigações por fundos e programas sociais	3.989.913	77,00	3.919.412	77,57	2.778.581	71,14
FGTS	2.284.617	44,09	2.208.799	43,72	1.981.365	50,73
Minha Casa Minha Vida	1.185.288	22,87	1.007.551	19,94	263.839	6,76
FIES	4.809	0,09	16.426	0,33	17.527	0,45
Bolsa Família	55.829	1,08	218.933	4,33	29.236	0,75
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	319.582	6,17	330.809	6,55	347.274	8,89
PRONASCI	11.672	0,23	11.725	0,23	15.566	0,40
PRODEC	20.669	0,40	20.265	0,40	19.200	0,49
Outros fundos e programas	107.447	2,07	104.904	2,07	104.574	2,67
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	636.410	12,28	690.182	13,66	504.428	12,92
PIS	447.258	8,63	681.379	13,49	393.985	10,09
FAT	187.841	3,63	7.468	0,15	109.117	2,79
Outros	1.311	0,02	1.335	0,02	1.326	0,04
Total	5.181.717	100,00	5.052.443	100,00	3.905.778	100,00
Passivo circulante	5.181.717	100,00	5.052.443	100,00	3.905.778	100,00

(c) Diversas

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Obrigações por contribuições ao SFH	115.648	0,42	115.289	0,43	113.990	0,49
Obrigações por convênios oficiais	249.131	0,90	243.700	0,91	230.335	0,99
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	85.636	0,31	77.313	0,29	65.353	0,28
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	9.431.249	34,22	8.946.554	33,29	8.365.578	35,93
Provisões trabalhistas e cíveis (c.2)	6.742.665	24,47	6.582.369	24,49	6.404.659	27,52
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	240.326	0,87	201.993	0,75	275.021	1,18
Recursos do FGTS para amortizações	125.850	0,46	110.502	0,41	88.093	0,38
Credores por recursos a liberar	3.362.845	12,20	3.488.923	12,98	2.691.721	11,56
Valores a pagar Ligadas	679.762	2,47	760.350	2,83	-	-
Credores diversos - Exterior	90	-	89	-	762	-
Credores diversos - País (c.3)	6.525.450	23,68	6.346.332	23,62	5.045.404	21,67
Total	27.558.652	100,00	26.873.414	100,00	23.280.916	100,00
Passivo circulante	27.558.652	100,00	26.873.414	100,00	23.280.916	100,00

(1) Recursos vinculados a operações de crédito: Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Despesas de pessoal	2.006.155	1.760.730	1.700.610
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 33)	6.209.559	6.090.402	5.749.282
SAÚDE CAIXA	5.553.716	5.431.362	5.071.304
Auxílio e cesta alimentação	611.962	615.409	634.409
PREVHAB	43.881	43.631	43.569
Pré-pagamento crédito imobiliário	769.247	674.231	520.694
Outros pagamentos	446.288	421.191	394.992
Total	9.431.249	8.946.554	8.365.578

(c.2) Provisões trabalhistas e cíveis

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Provisão para contingências (Nota nº 31)	6.742.665	6.582.369	6.404.659
Trabalhistas	2.833.091	2.741.495	2.874.976
Ações judiciais cíveis	3.729.424	3.650.854	3.349.769
Outras	180.150	190.020	179.914

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Cartões de crédito	2.705.701	2.621.948	2.240.329
Contas a pagar	543.424	525.708	433.152
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	340.697	334.054	309.301
Créditos adquiridos	424.520	423.364	419.822
Valores a apropriar (Nota nº 10 (c.3))	850.166	1.055.715	735.286
Outros credores diversos	1.660.942	1.385.543	907.514
Total	6.525.450	6.346.332	5.045.404

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/2001, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 8.406.502 (2010 – R\$ 4.999.426). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da medida provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, pagamentos de juros, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Medida provisória 347/2007 - saldo atual	6.678.961	6.537.967	6.217.297
Medida provisória 347/2007 - principal	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 347/2007	1.478.961	1.337.967	1.017.297
Medida provisória 470/2009 - saldo atual	6.984.220	6.825.640	6.496.018
Medida provisória 470/2009 - principal	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 470/2009	984.221	825.641	496.019
(-) Pagamento de juros	-	-	-
Total	13.663.181	13.363.607	12.713.315

Nota - 20 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Conforme o Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010, foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.

Por meio do Decreto publicado em 16 de fevereiro de 2011, foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no montante de R\$ 2.200.000 mediante a transferência de 62.327.182 ações PN, 9.293.295 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e 13.609.303 ações ON da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,45% (Nota 34 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Reservas de Reavaliação	468.108	471.959	484.131
Reservas de Lucros	1.944.114	1.944.114	1.131.105
Reserva legal	1.220.613	1.220.613	1.002.062
Reservas estatutárias – Loterias	723.501	723.501	129.043

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/1998, de no mínimo, 25%.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de fevereiro de 2011, conforme deliberação do Conselho Diretor, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 no valor de R\$ 1.002.482 fundamentada na destinação do resultado aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Adiantamento de dividendos relativos ao exercício de 2011:

Descrição	2011	01/09/2011	01/06/2011
Com títulos e valores mobiliários	2.049.769	1.360.000	689.769
Com CAIXA	110.231	-	110.231
Total	2.160.000	1.360.000	800.000

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2011:

Descrição	2011
	30 de junho
Lucro líquido	2.274.308
Reserva legal	(113.715)
Realização de reserva	8.132
Reserva de loterias	(180.675)
Base para cálculo dos dividendos	1.988.050
Dividendos propostos	497.012
Juros sobre o capital próprio	428.819
Dividendos	68.193

Nota - 21 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% ;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O montante do crédito tributário é de R\$ 17.632.337 (2010 - R\$ 15.295.266), constituído de R\$ 11.491.005 (2010 - R\$ 10.037.890) para o IRPJ, R\$ 6.091.894 (2010 - R\$ 5.256.568) para a CSLL, R\$ 6.909 (2010 - R\$ 113) para o PASEP e R\$ 42.518 (2010 - R\$ 695) para COFINS, com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 4.831.861 (2010 - R\$ 5.544.401), resultando em um total de créditos tributários, líquidos de provisão, de R\$ 12.800.476 (2010 - R\$ 9.750.865).

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão créditos de liquidação duvidosa	4.111.531	2.328.051	3.760.238	2.114.807	3.034.910	1.678.801
Provisão SFH	740.291	444.175	731.507	438.904	765.583	459.350
Provisão para contingências	1.746.304	1.047.782	1.743.893	1.046.336	1.711.340	1.026.804
Outros	1.132.319	584.994	936.426	469.950	915.428	458.362
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.388.429	833.057	1.357.840	814.704	1.267.826	760.696
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	91.497	54.899	100.602	60.361	105.658	63.394
Ajuste a Valor de Mercado - PL (Disp. p/ Venda)	131.348	78.809	46.411	27.847	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	9.341.727	5.371.767	8.676.917	4.972.909	7.800.745	4.447.407
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(824.284)	-	(765.375)	-	(736.433)	--
Base negativa até 2000		701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(356.192)	-	(320.901)	-	(303.821)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(249.335)	-	(224.631)	-	(212.674)
Total dos créditos tributários	11.491.005	6.091.894	10.885.112	5.753.031	10.037.882	5.256.566

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado - Resultado	3.327	20.477	577	3.550	113	695
Ajuste a Vlr Mercado - PL (Disp. p/ Venda)	3.582	22.041	1.266	7.788	-	-
Total do PASEP / COFINS	6.909	42.518	1.843	11.338	113	695

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2010	15.935.232	(4.744.106)	11.191.126
Constituição no Período	1.817.397	(87.755)	1.729.642
Constituição PASEP/COFINS	21.848	-	21.848
Reversão Tit. Disp.p/ Venda	101.109	-	101.109
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(92.295)	-	(92.295)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(55.279)	-	(55.279)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/2001	(38.696)	-	(38.696)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(56.979)	-	(56.979)
Saldo em 30/09/2011	17.632.337	(4.831.861)	12.800.476

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Res. Antes dos Tributos e Participações	3.111.383	3.111.383	1.758.795	1.758.795	2.146.860	2.146.860
Ajuste de tributos diferidos						
Resultado após ajustes	3.111.383	3.111.383	1.758.795	1.758.795	2.146.860	2.146.860
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(777.828)	(466.708)	(439.686)	(263.819)	(536.715)	(322.029)
Efeitos tributários das adições e exclusões	140.717	84.758	192.193	115.462	146.526	89.299
Juros sobre o capital próprio	160.203	96.122	107.205	64.323	141.785	85.071
Participações dos empregados nos lucros	115.000	69.000	26.801	16.080	72.880	43.728
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	92.296	93.975	33.386	33.980	49.896	51.309
Incentivo Fiscal	12.848		6.942		8.405	
Reserva de Reavaliação	5.032	3.019	3.388	2.033	8.694	5.216
Participações em coligadas e controladas	47.953	28.772	13.019	7.811	-	-
Outros	(19.250)	(5.420)	(33.420)	(14.628)	-	-
Despesa corrente	(223.029)	(96.482)	(90.172)	(38.758)	(108.529)	(47.406)
Despesa diferida/Marcação a mercado	(157.989)	(94.793)	(3.875)	(2.325)	2.605	1.565
Despesa total	(381.018)	(191.275)	(94.047)	(41.083)	(105.924)	(45.841)

Nota - 22 Receitas de intermediação financeira

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Empréstimos e financiamentos com clientes	7.494.158	6.486.236	20.184.291	14.038.555
Operações compromissadas	1.970.359	1.184.080	4.290.305	2.945.936
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.167.526	1.211.606	4.291.194	2.365.616
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.646	38.672	(79.561)	166.743
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.577.409	1.925.719	5.696.493	5.834.148
Instrumentos financeiros derivativos	(623.255)	(6.970)	(660.080)	(140.677)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.348.254	1.191.956	3.604.609	2.003.358
Juros de ativos financeiros – FCVS	480.612	547.241	1.533.343	1.302.822
Resultado com câmbio	14.552	(375)	15.052	895
Outras	16.910	282	33.971	22.453
Total	14.483.171	12.578.447	38.909.617	28.539.849

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 23 Despesas de intermediação financeira

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Operações com instituições financeiras	(276.813)	(78.890)	(424.770)	(6.762)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(281.499)	(220.015)	(722.504)	(762.066)
Operações compromissadas	(2.237.844)	(1.687.609)	(5.393.668)	(4.644.555)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.719.702)	(1.387.687)	(4.276.569)	(2.728.971)
Operações com clientes	(4.735.799)	(4.131.177)	(12.609.461)	(8.492.545)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.872.641)	(1.734.946)	(5.195.217)	(3.462.340)
Reversões de Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.166	336.590	347.918	590.047
Total	(11.123.132)	(8.903.734)	(28.274.271)	(19.507.192)

Nota - 24 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado até 30 de setembro	Acumulado até 30 de setembro
Administração do FGTS	707.014	1.023.976	2.402.643	1.813.406
Administração do FCVS	21.991	15.147	57.854	73.929
Administração do PIS	20.459	8.668	38.005	38.556
Administração das loterias	227.077	242.229	666.203	598.746
Administração do FIES	31.906	21.155	82.860	63.308
Administração do FAR	48.633	540	50.320	0
Seguro-Desemprego	14.482	14.022	42.955	40.423
Orçamento Geral da União (OGU)	2.542	34.508	53.940	69.257
Bolsa Família	65.485	68.352	202.559	185.691
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.640	14.438	43.602	41.337
Administração de fundos de investimento	229.732	221.847	668.832	840.454
Tarifas de convênios	325.873	319.828	956.533	901.985
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	32.391	27.396	84.771	68.267
TAC	57.507	124.203	286.425	282.677
Cartão de crédito	147.376	230.645	571.289	408.632
Cobrança de títulos	126.375	120.393	362.497	318.923
EMGEA – Administração de Contratos	58.494	54.668	167.682	181.464
Taxa de risco – Agente financeiro	81.078	71.996	220.305	158.261
CCFGTS	53.956	60.269	165.178	178.296
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	22.215	50.471	110.430	86.597
CONSTRUCARD CAIXA	21.967	20.442	61.802	53.380
Rendas de serviços s/ op. de crédito imobiliário	111.210	171.460	423.080	149.932
Rendas de serviços prestados a ligadas	122.733	119.019	332.774	244.315
Outros serviços	160.886	24.991	222.268	139.663
Subtotal	2.706.022	3.060.663	8.274.807	6.937.499
Rendas de tarifas bancárias	467.340	286.866	1.034.735	706.781
Pessoa Física	421.286	242.798	905.107	593.582
Pessoa Jurídica	46.054	44.068	129.628	113.199
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	3.173.362	3.347.529	9.309.542	7.644.280

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 25 Despesas com pessoal

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Proventos	(1.810.194)	(1.793.513)	(5.395.315)	(4.551.215)
Salários e proventos	(1.677.501)	(1.639.233)	(4.984.267)	(4.221.948)
Indenizações trabalhistas	(132.693)	(154.280)	(411.048)	(329.267)
Benefícios	(329.187)	(319.750)	(963.964)	(803.959)
Encargos sociais:	(661.291)	(658.355)	(1.980.110)	(1.664.824)
FGTS	(124.697)	(125.788)	(376.745)	(316.701)
Previdência social	(389.493)	(387.845)	(1.164.995)	(985.446)
Previdência complementar	(110.006)	(108.292)	(327.521)	(269.088)
Outros	(37.095)	(36.430)	(110.849)	(93.589)
Outros	(45.116)	(43.467)	(119.665)	(108.107)
Total	(2.845.788)	(2.815.085)	(8.459.054)	(7.128.105)

Nota - 26 Despesas administrativas

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Comunicações	(155.549)	(153.990)	(413.125)	(289.493)
Manutenção e conservação de bens	(197.533)	(212.597)	(592.461)	(436.406)
Água e energia	(59.074)	(64.098)	(184.101)	(167.923)
Aluguéis e arrendamento de bens	(181.415)	(173.299)	(535.274)	(470.627)
Despesas de material	(80.145)	(65.427)	(196.283)	(80.815)
Processamento de dados	(234.103)	(247.318)	(680.855)	(610.610)
Promoções e relações públicas	(32.275)	(47.609)	(119.863)	(98.651)
Propaganda e publicidade	(83.367)	(71.245)	(252.078)	(256.589)
Serviços do sistema financeiro	(69.581)	(67.355)	(203.326)	(178.777)
Serviços de terceiros	(215.278)	(207.883)	(611.157)	(511.673)
Serviços especializados	(123.259)	(112.111)	(323.770)	(249.353)
Serviços de vigilância e segurança	(154.336)	(134.020)	(430.021)	(353.498)
Depreciação e amortização	(206.221)	(192.895)	(585.194)	(499.236)
Outras administrativas	(73.707)	(64.636)	(199.175)	(172.038)
Total	(1.865.843)	(1.814.483)	(5.326.683)	(4.375.689)

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 27 Outras receitas operacionais

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado até 30 de setembro	Acumulado até 30 de setembro
Comissões e taxas sobre operações	1.204.346	812.978	2.808.199	2.035.990
Recuperação de despesas	214.769	217.047	634.937	579.752
Reversão de outras provisões operacionais	267.909	402.801	881.600	483.683
Rendas de outros créditos	-	-	-	783
Receitas de cartões de crédito	36.778	35.582	106.440	102.233
Receitas de dividendos	107	399	64.980	28.981
Atualização de depósitos em garantia	187.435	133.941	482.791	127.028
Atualização monet. s/ valores a receber da União	142.639	-	142.639	-
Outras receitas operacionais	99.009	65.211	238.108	341.998
Total	2.152.992	1.667.959	5.359.694	3.700.448

Nota - 28 Outras despesas operacionais

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado de 30 de setembro	Acumulado de 30 de setembro
Despesas de contribuição ao SFH	(292)	(272)	(382.373)	(759)
Despesas com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(105.084)	(110.778)	(386.805)	(281.299)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(90.363)	(54.300)	(186.983)	(225.503)
Provisão para contingências	(289.076)	(188.287)	(518.265)	(886.689)
EMGEA/UNIÃO	(9.402)	(9.141)	(27.720)	(23.896)
Loterias	(50.729)	(59.419)	(148.696)	(137.671)
Cartão de crédito	(180.437)	(185.609)	(495.828)	(431.408)
Despesas de serviços automatizados	(36.890)	(40.339)	(113.528)	(75.332)
Descontos de operações de crédito	(171.343)	(197.957)	(536.995)	(80.772)
Correspondente não bancário	(313.732)	(285.322)	(865.238)	(727.086)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(299.574)	(429.416)	(1.238.109)	(945.922)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(115.092)	(114.396)	(338.364)	(310.317)
Benefícios sociais	(25.523)	(16.081)	(62.197)	(59.970)
Fundo de investimento do FGTS	(1.474)	(466)	(4.556)	(10.111)
Alavancagem de negócios	(33.515)	(40.784)	(104.078)	(65.757)
Condenações judiciais	(41.169)	(56.024)	(165.964)	(450.906)
Créditos administrados por terceiros	(9.012)	(8.430)	(26.178)	(24.308)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(68.346)	(62.478)	(192.775)	(130.315)
Benefício pós-emprego	(140.714)	(140.714)	(422.142)	(403.280)
Disp. Atual. e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(93.109)	(60.456)	(202.195)	(94.982)
Disp. Atual. monetária restituições e recolhimentos	(1)	(26)	(17.403)	(2.370)
Disp. revendedor lotérico	(40.506)	(34.127)	(94.576)	(49.170)
Disp. provisões operacionais	(363)	(59.043)	(63.579)	(71.305)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(6.394)	-	(6.394)	-
Demais (1)	(156.915)	(141.673)	(419.805)	(421.105)
Total	(2.279.055)	(2.295.538)	(7.020.746)	(5.910.233)

(1) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 29 Resultado não operacional

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Receitas não operacionais	57.850	54.772	162.257	284.038
Lucro na alienação de valores e bens	33.910	30.699	90.743	110.030
Alienação de bens imóveis	7.943	7.109	26.128	144.958
Sobras de caixa não reclamadas	6.806	5.924	17.627	12.923
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	3	1.773	3.162	69
Multas e penalidades	5.293	5.589	15.144	8.555
Outras rendas não operacionais	3.895	3.678	9.453	7.503
Despesas não Operacionais	(113.996)	(100.903)	(328.426)	(386.533)
Desvalorização de outros valores e bens	(211)	(586)	(2.679)	(124.482)
Indenizações por perdas e danos	(18.590)	(15.846)	(53.802)	(43.827)
Perdas em Imóveis	(9.495)	(9.360)	(26.896)	(28.782)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(56.793)	(52.580)	(175.408)	(153.269)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.993)	(4.199)	(13.653)	(9.583)
Perdas em cartões de crédito	(14.957)	(16.229)	(42.933)	(25.580)
Outras despesas não operacionais	(8.957)	(2.103)	(13.055)	(1.010)
Total	(56.146)	(46.131)	(166.169)	(102.495)

Nota - 30 Despesas tributárias

Descrição	2011			2010
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Contribuição COFINS	(299.913)	(285.741)	(858.538)	(692.930)
PIS/PASEP	(48.737)	(46.435)	(139.742)	(112.612)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(88.870)	(84.386)	(248.411)	(205.036)
Despesas com IPTU	(1.381)	(4.080)	(39.315)	(36.187)
Outras	(15.060)	(3.049)	(33.578)	(15.740)
Total	(453.961)	(423.691)	(1.319.584)	(1.062.505)

Nota - 31 Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(1) Composição dos saldos da provisão:

Descrição	2010	2011			
	30 de setembro	30 de junho	Adições no trimestre	Reversões/ Baixas no trimestre	30 de setembro
Fiscais	562.496	398.983	21.451	(172.006)	248.428
- INSS	266.660	208.131	6.039	(168.639)	45.531
- ISS	147.921	157.533	13.404	(2.853)	168.084
- Outros	147.915	33.319	2.008	(514)	34.813
Cíveis	3.349.769	3.650.854	194.987	(116.417)	3.729.424
Trabalhistas	2.874.976	2.741.495	270.488	(178.892)	2.833.091
Outras	179.914	190.020	-	(9.870)	180.150
Total	6.967.155	6.981.352	486.926	(477.185)	6.991.093

A provisão para causas fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias" (Nota 19(a)), e a provisão para as demais causas na conta "Outras obrigações - Diversas" (Nota 19(c.2)).

(2) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Depósitos judiciais	9.153.521	8.928.212	4.243.662
Fiscal	7.047.348	6.871.187	2.369.777
Trabalhista	1.469.284	1.414.664	1.206.275
Cível	636.889	642.361	667.610

(3) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
Risco Provável	6.991.093	6.981.352	6.967.155
Crédito imobiliário	214.258	213.921	204.678
Contingenciamento do FGTS	561.013	554.614	411.771
Fiscais	248.428	398.983	562.496
Loterias	8.790	8.838	43.569
Perdas e danos	1.447.489	1.378.854	1.175.236
Poupança	1.497.874	1.494.627	1.514.515
Trabalhista	2.833.091	2.741.495	2.874.976
Outras	180.150	190.020	179.914

(4) Composição por classificação de risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis não reconhecidas são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Risco Possível	5.732.479	5.578.619	5.819.215
Demandas Cíveis	1.098.133	1.085.816	1.147.683
Demandas Fiscais	4.588.264	4.447.238	4.628.598
Demandas Trabalhistas	46.082	45.565	42.934

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis n.º 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 2.993.717 de juros, os quais totalizam R\$ 4.162.176 a valores de 30 de setembro de 2011 (2010 - R\$ 4.025.377, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de setembro de 2011, montam a R\$ 1.193.831 (2010 - R\$ 1.441.026), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 45.531 (2010 - R\$ 266.660).

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de setembro de 2011 corresponde ao montante de R\$ 340.211 (2010 - R\$ 286.846). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 168.084 (2010 – R\$ 147.921).

Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 5.877 (2010 - R\$ 121.794), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA possui 21 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 4.588.264 em 30 de setembro de 2011 (2010 – R\$ 4.628.598) .

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota - 32 Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Benefícios de curto prazo	7.575	5.219	6.492
Proventos	6.109	4.256	5.292
Encargos Sociais	1.466	963	1.200

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994

Descrição	2011				2010	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	33.620	28.644	31.628	28.644	31.628	26.485
Salário Médio	30.151	5.023	28.364	5.013	28.488	4.538
Menor Salário	25.236	1.600	23.741	1.600	23.741	1.600

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
ATIVOS			
Rendas a receber	1.245.441	1.019.413	754.334
OGU – Orçamento Geral da União	1.245.441	1.019.413	754.334
Créditos adquiridos	2.072.318	1.431.105	-
Banco Panamericano	2.072.318	1.431.105	-
Total	3.317.759	2.450.518	754.334
PASSIVOS			
Depósitos	278.240	419.064	271.537
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	271.758	397.349	256.808
Caixa Seguros	5.128	18.957	12.953
FUNCEF	1.354	2.758	1.776
Repasses do país - instituições oficiais	7.299	10.596	26
OGU – Orçamento Geral da União	7.299	10.596	26
Obrigações diversas	30.808	30.014	28.060
OGU – Orçamento Geral da União	30.808	30.014	28.060
Total	316.347	459.674	299.623
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	388.476	262.657	314.786
Caixa Seguros	332.697	210.015	243.837
OGU – Orçamento Geral da União	55.779	52.642	70.949
Outras receitas operacionais	106.367	93.481	10.525
OGU – Orçamento Geral da União	106.367	93.481	10.525
Total	494.843	356.138	325.311
DESPESAS			
Despesas administrativas - aluguéis	32.831	21.496	26.141
FUNCEF	32.831	21.496	26.141
Outras despesas operacionais	2.566	1.648	2.226
OGU – Orçamento Geral da União	2.566	1.648	2.226
Total	35.397	23.144	28.367

*As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota - 33 Benefícios a empregados

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos EX-PREHVAB são administrados pela CAIXA.

Destinado aos empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREHVAB, ao Fundo PMPP e ao INSS, o Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares e seus respectivos dependentes.

O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

Os saldos atuariais para os Benefícios a empregados são atualizados anualmente, dessa forma apresentamos os saldos posicionados na data base de 31 de dezembro de 2010.

(a) Plano de benefícios - Previdência privada

a.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS e local. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.4) Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(27.479.152)	(32.659.559)	(358.031)	(334.121)	(40.205)	(42.680)	(154.508)	(106.519)
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial c/cobertura	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela do Valor presente da obrigação atuarial s/cobertura	-	-	-	-	-	-	(53.472)	(22.120)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(283.896)	(154.508)
Status do plano	Totalmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto					

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	31.584.152	30.495.721	438.379	513.041	42.625	42.680	132.388	106.840
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.119)	(99.692)	(1.444)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552	-	-	4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.146)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)	-	-	-	(975)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-	-	8.265
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	31.584.152	301.420	438.379	43.636	42.625	230.424	132.388

4) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	(5.899.921)	(4.105.000)	(1.368)	(80.348)	(7.028)	(2.420)	53.472	22.120
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**	(2.065.167)	(1.528.131)	(131.579)	(129.158)	(1.501)	(1)	9.609	6.386

* Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

** A Empresa optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício	-	-	-	-	1	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276	-	-	2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício	-	-	-	-	1.501	1	-	-

Cinco) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.920	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
Total da (despesa) / receita reconhecida	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
Total da (despesa) / receita no exercício	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6) Premissas atuarias adotadas

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)								

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	6,62 a.a						
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41% a.a	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.						
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.						
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
c) Demográficas								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	-	-	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por:		Máximo dado por:		-		Máximo dado por:	
	M [53 anos; RGPS]		M [55 anos; RGPS]		-		M [53 anos; RGPS]	
	F [48 anos; RGPS]		F [55 anos; RGPS]		-		F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
Aposentados	Cadastro Individual		Cadastro Individual		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7) Divulgação dos resultados atuariais

REG/REPLAN	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
Superávit / (Déficit) técnico do plano	1.683.741	(2.163.838)	4.105.000	5.899.921
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(24,6)%	28,3%	(6,7)%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	(3,6)%	7,6%
REB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano	738.801	513.041	438.379	301.420
Superávit / (Déficit) técnico do plano	116.150	178.920	80.348	1.369
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	(3,1)%	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	(17,9)%	(22,7)%	(57,1)%
PREVHAB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano	-	-	42.625	43.635
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(41.108)	(42.680)	2.420	7.028
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	(4,2)%	(3,3)%
NOVO PLANO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano	30.479	106.840	132.388	230.424
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(2.713)	321	(22.120)	(53.472)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	(50,2)%	(8,3)%	(38,7)%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9%

8) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

EXERCÍCIO de 2011	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida		
Montantes do:								
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-		
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-		
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-		
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-		
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-		
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-		
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Total da (despesa) / receita no exercício	(16.570)	(129)	-	2.183	(2.561)	-		
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte								
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-		
Total dos pagamentos esperados para o Plano	16.570	129	-	-	2.561	-		

9) Retorno anual dos ativos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	10,18%	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-

(b) Auxílio e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2011 a agosto de 2012 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 435,16 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2011 a agosto de 2012 é de R\$ 399,08 (trezentos e noventa e nove reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Auxílio Pecúlio

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos Planos, bem como os participantes, são partes intervenientes no Auxílio Pecúlio contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.553.716 (2010 - R\$ 5.071.304) e a despesa para o período acumulado até 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 122.716 (2010 - R\$ 342.641).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(744.355)	(642.158)	(12.026)	(11.327)	(4.259.459)	(4.497.016)
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/ cobertura	-	-	(6.249)	(5.824)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/ cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.202)	(4.387.210)	(4.259.459)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)	(4.387.210)	(4.259.459)
Status do plano	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	5.824	5.494	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	6.249	5.824	-	-

4) Conciliação entre os itens “1” e “3” com ativos e passivos reconhecidos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	778.857	509.102
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	660.986	727.399	837	88	5.166.068	4.768.561

5) Movimentação do passivo (ativo) líquido

(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no início do exercício	(727.399)	(712.423)	(88)	620	(4.768.561)	(4.234.482)
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.524	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)	(886)	(553.031)	(672.493)
(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no final exercício	(660.986)	(727.399)	(837)	(88)	(5.166.068)	(4.768.581)

6) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	(394)	(274)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)
Total da (despesa) / receita no exercício	11.544	(71.212)	(926)	(886)	(553.031)	(672.473)

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF. As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

7) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-

8) Premissas atuariais adotadas

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)						

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

b) Financeiras						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a.	5,50% a.a.	6,00% a.a.	5,50% a.a.	6,00% a.a.	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-	2,89% a.a.	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a.	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
c) Demográficas						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2010, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2010.

Notas explicativas da administração às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9) Divulgação dos resultados atuariais

AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(688.194)	(642.158)	(744.355)	(651.502)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	(11,8)%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

AUXÍLIO PECÚLIO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.304	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano	5.151	5.494	5.825	6.249
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(3.153)	(5.833)	(6.201)	(3.639)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(18,3)%	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	(14,3)%	(9,1)%	(7,5)%

SAÚDE CAIXA	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(4.056.275)	(4.497.016)	(4.259.459)	(4.387.210)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro	-	-	-	-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(5,8)%	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

10) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

EXERCÍCIO de 2011	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO	SAÚDE CAIXA
Montantes de:			
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.903
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(71.992)	(578)	(651.359)
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	(578)	(651.359)
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte			
Normais	57.612	185	173.099
Total dos pagamentos esperados para o Plano	57.612	185	173.099

(e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

(f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 459.999 (2010 - R\$ 291.521).

Nota- 34 Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	37.795.810	34.629.441	33.076.326
NÍVEL I	19.855.069	20.031.001	17.676.107
Patrimônio Líquido	16.948.780	18.201.533	15.791.355
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.589.792	2.612.739	2.305.579
Reservas de Reavaliação	(468.108)	(471.959)	(484.131)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(261.281)	(261.281)	(423.859)
Ativo Permanente Diferido	(31.471)	(40.454)	(66.230)
Ajuste ao Valor de Mercado	(1.824)	(9.577)	(6.191)
Adicional de Provi. ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-	-
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
Outros	1.079.181	-	559.584
NÍVEL II	18.562.561	15.280.658	15.401.465
Reservas de Reavaliação	468.108	471.959	484.131
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.686.127	9.522.186	9.911.717
Instrumentos de Dívida Subordinada	8.406.502	5.276.936	4.999.425
Ajuste ao Valor de Mercado	1.824	9.577	6.191
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
DEDUÇÕES DO PR	(621.820)	(682.218)	(1.246)
Ações Emitidas por Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil	(620.840)	(681.384)	-
Participação em instituição financeira no exterior	(980)	(834)	(1.246)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	30.915.718	26.255.672	21.356.480
Risco de Crédito	29.034.774	24.392.230	19.689.752
Risco de Mercado	50.887	79.259	46.144
Risco Operacional	1.830.057	1.784.183	1.620.583
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	6.880.093	8.373.769	11.719.846
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	13,45	14,51	17,04

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, as operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco, e define os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA; os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado, são monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

Em complemento à visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido o Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade			
Descrição	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PRE	15,4	8,8	1,7
Cupom IGP	0,1	-	0,2
Cupom IPCA	0,7	0,3	0,9
VaR sem ED ⁽¹⁾	16,2	9,2	2,8
VaR com ED ⁽¹⁾	17,2	9,3	1,6

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III - mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos com e sem vencimento definido.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR - seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework - Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no período		
	30/09/2011	30/06/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/06/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/06/2011	30/09/2010
ATIVO									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	1.016.645	-	-	1.016.981	-	-	336	-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	54.229.093	41.424.809	35.498.502	54.260.248	41.418.644	35.500.622	31.155	(6.165)	2.120
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	114.694.242	107.761.508	108.167.082	116.892.581	108.402.373	109.427.276	2.198.339	640.865	1.260.194
Títulos para negociação	50.683.894	46.680.973	36.534.893	50.683.894	46.680.973	36.534.893	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	2.522.454	2.866.287	2.020.495	2.522.454	2.866.287	2.020.495	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	61.487.894	58.214.248	69.611.694	63.686.233	58.855.113	70.871.888	2.198.339	640.865	1.260.194
Operações de Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	229.868.194	208.560.035	165.076.049	234.689.179	203.994.397	167.655.959	4.820.985	(4.565.638)	2.579.910
Comercial	72.032.772	63.749.169	54.428.836	81.609.037	72.648.367	63.483.489	9.576.265	8.899.198	9.054.653
Habitação	141.208.117	129.314.290	97.911.303	138.886.849	122.058.646	94.854.496	(2.321.268)	(7.255.644)	(3.056.807)
Infraestrutura/Desenvolvimento	13.788.446	12.789.547	10.440.330	11.354.434	6.580.355	6.370.926	(2.434.012)	(6.209.192)	(4.069.404)
Outros Créditos	2.838.859	2.707.029	2.295.580	2.838.859	2.707.029	2.947.048	-	-	651.468
PASSIVO									
Captações de Recursos	59.011.105	52.779.089	36.686.146	68.662.248	53.648.597	38.263.398	9.651.143	869.508	1.577.252
CDB/RDB	40.586.582	37.216.125	27.789.369	49.129.373	39.589.748	29.152.662	8.542.791	2.373.623	1.363.293
LCI / LH	18.424.523	15.562.964	8.896.777	19.532.875	14.058.849	9.110.736	1.108.352	(1.504.115)	213.959
Captação em Operações Compromissadas	72.874.873	62.423.862	68.189.976	77.001.239	64.908.222	70.021.654	4.126.366	2.484.360	1.831.678
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	76.773.294	70.949.574	53.185.963	65.522.638	56.406.039	45.363.740	(11.250.656)	(14.543.535)	(7.822.223)
Exterior	141.801	193.020	25.019	137.229	191.360	23.442	(4.572)	(1.660)	(1.577)
Tesouro	31.808	31.056	29.078	32.030	31.277	26.772	222	221	(2.306)
FGTS	73.092.059	67.245.280	49.709.599	61.317.186	52.430.646	42.102.734	(11.774.873)	(14.814.634)	(7.606.865)
BNDES	1.613.471	1.491.514	1.125.972	2.386.800	2.015.772	1.152.143	773.329	524.258	26.171
Depósitos não remunerados	1.894.155	1.988.704	2.296.295	1.649.393	1.736.984	2.058.649	(244.762)	(251.720)	(237.646)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	13.663.181	13.363.607	12.713.315	14.977.051	14.170.747	13.324.495	1.313.870	807.140	611.180

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e dos derivativos padronizados, ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de setembro de 2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros – 30 de setembro de 2011 –				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
PREFIXADO	Aumento de taxa de juros	(85.740)	(2.027.373)	(3.839.298)
ÍNDICE DE PREÇOS	Aumento de cupons de índice de preços	(23.672)	(578.415)	(1.129.246)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(320.045)	(7.310.958)	(13.410.139)
VARIAÇÃO CAMBIAL	Queda nas taxas de câmbio	(19)	(468)	(939)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a CAIXA não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA e da mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, trimestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional (RO) é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA, está em consonância com as diretrizes da CAIXA e com a Resolução CMN nº 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui as atividades de identificação, avaliação, monitoração, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais a CAIXA está exposta, inclusive quanto a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. O ciclo de gerenciamento consiste nas seguintes funcionalidades: identificação; avaliação/mensuração; Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a CAIXA. Alcança desde os produtos e serviços a serem lançados, até aqueles já disponíveis aos clientes considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

Na identificação do risco operacional são considerados tantos os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento nas Gerências Nacionais, Superintendências e Vices-Presidência da CAIXA.

Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais é a auto-avaliação, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gerentes/gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para reduzir esses riscos.

Avaliação

A avaliação do risco operacional na CAIXA é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.

a) Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa obtém-se o perfil de risco da Instituição por meio de ações de mapeamento e da auto-avaliação, descrita no processo de identificação.

O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências. É utilizada matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência. A auto-avaliação permite também estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

b) Avaliação Quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia *Loss Data Distribution* - LDA para a realização dessas projeções.

Cálculo de Alocação de Capital

O BACEN, por meio da Circular 3.383/2008, instituiu três métodos de alocação de capital: (1) a Abordagem do Indicador Básico - BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2).

Esses métodos representam os métodos mais simples de Basileia e posteriormente o BACEN deverá definir as regras para os modelos internos - AMA.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para RO requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (interna e/ou externa), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações

Exceto o segundo elemento, os demais são objetos de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na Área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, visto que dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA, a efetividade desse gerenciamento.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo refinar a tomada de decisão de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do Risco Operacional completa-se com a mitigação e o controle para bloquear eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

Com o objetivo de refinar a tomada de decisão quanto às ações de mitigação a adotar, monitoram-se indicadores de exposição ao risco da CAIXA, e as perdas registradas decorrentes de eventos do Risco Operacional.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa, desde a apresentação de projetos, até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do Risco Operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre Risco Operacional, Básico e Avançado na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão de RO.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br> , menu Sobre a CAIXA

Nota – 35 Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2011		2010
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PIS ²	28.852.466	29.738.351	27.318.216
FGTS ²	38.959.927	38.361.514	33.881.590
FAR ²	4.898.922	4.659.332	4.601.509
FDS ²	1.035.786	1.015.983	1.223.539
FAZ	28.451	27.517	29.533
FGS	82.353	44.050	35.640
FIEL	-	-	48.447
FGHAB	394.620	170.189	114.096
FCA	16.559	11.994	3.560
FCAM	11	9	-
FGCN	1.347.353	1.261.430	1.175.361
FCE	56	11	-
Total	75.616.504	75.290.380	68.431.491
FCVS ¹	(83.645.191)	(83.633.814)	(87.385.595)

(1) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(2) PIS – posição de junho/2011, FGTS, FAR, FDS – posição de agosto/2011.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (2010 - R\$ 82.404), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 30.970 (2010 - R\$ 32.480).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 100.172 (2010 - R\$ 83.088).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 168.192 (2010 - R\$ 155.617).

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Fernanda Oliveira de Souza Soares
Superintendente Nacional – Substituto Eventual
Contador CRC 011025/O-DF

Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("CAIXA"), em 30 de setembro de 2011, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente das pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada, em 30 de setembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e nove meses findos nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase - créditos como FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 8(b), em 30 de setembro de 2011 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 19.192 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, totalizam R\$ 8.118 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.620 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 13.694 milhões, em 30 de setembro de 2011, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 21(a) às informações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve que em 30 de setembro de 2011 a CAIXA possuía R\$ 17.632 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, para os quais foi constituída provisão para realização desses créditos de R\$ 4.832 milhões. O valor líquido de R\$ 12.800 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para até dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstração intermediária consolidada do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária consolidada do valor adicionado (DVA), referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias consolidadas está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos - Informações contábeis correspondentes

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 30 de setembro de 2011 contêm também os correspondentes balanços patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2011 e em 30 de setembro de 2010 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de três meses findo em 30 de junho de 2011, cujos relatórios foram emitidos, respectivamente, em 12 de agosto de 2011 e em 12 de novembro de 2010, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase sobre os créditos com o FCVS e créditos tributários, conforme descritos acima.

Essas informações contábeis correspondentes estão sendo apresentadas de forma conjunta com as informações contábeis intermediárias consolidadas mencionadas anteriormente, sem contudo fazerem parte das informações contábeis intermediárias consolidadas e, dessa forma, a sua apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 10 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160jO-s "F" DF

Giovani da Silveira Fagunde
Contador CRC.1MGos1926/0-o "S" DF